

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

OS SUCESSIVOS GOLPES MILITARES
NO PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

FRANKLIN GOMES CORREIA DE SÁ

Porto Alegre
2010

FRANKLIN GOMES CORREIA DE SÁ

OS SUCESSIVOS GOLPES MILITARES
NO PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel
em ciências sociais.

Orientador: Prof. Dr. André Marengo

Porto Alegre
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: Franklin Gomes Correia de Sá

TÍTULO: “Sucessivos Golpes Militares no Processo da Democratização na Guiné-Bissau”

NATUREZA: Trabalho de Conclusão de Curso

OBJETIVO: Graduação no Curso de Ciências Sociais

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ciências Políticas

DATA: 15/07/2010

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Marengo dos Santos

Prof. Dra. Maria Izabel Saraiva Noll

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro

DEDICATÓRIA

Aos que estiveram acompanhando a minha trajetória, principalmente a minha família. Para minha mãe Helena Gomes Correia de Sá, ao meu pai Domingos Gomes Correia de Sá e aos meus irmãos e as minhas irmãs e para Graciele Otilia Silva da Silva.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao professor André Marengo, por ter aceitado me orientar e pela rigorosidade que tem mostrado durante todo o trabalho, obrigado mesmo, sem ele esse projeto não teria sido concretizado. E, em segundo lugar agradeço muito meu amigo colega irmão, Márcio Zapicán, que me deu muito apoio ao longo dessa caminhada, pelo tempo e dedicação, e ajuda que tu me deste durante longo ano sofrido, muito obrigado mesmo. E por outro lado agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo espaço concedido para que eu pudesse concretizar esse sonho, e aos professores e colegas brasileiros da faculdade. E o meu agradecimento vai para meus conterrâneos africanos: Areosvaldo Rodrigues, Oumar Embalo, Lem Landim, Eliza Gomes Adão, Andréia Delgado, Francisco Yala, Jose Fernandes, Alpha Diallo, que também estão presentes nessa caminhada. Principalmente pelo amigo, Litos Nunes Fernandes, que me deu um vasto apoio para que este trabalho se tornasse uma realidade, muito obrigado mesmo. E sem me esquecer de minha amiga, Lizane Maria de Souza Franco, que me ajudou muito aqui no Brasil, muito obrigado a todos vocês.

RESUMO

O presente trabalho trata de sucessivos golpes militares que demarcam o “não-processo” de transição política em Guiné-Bissau, no período de 1980 a 2009. O propósito do estudo é abordar as contradições inerentes à alternância entre períodos autoritários e democráticos em sua história política e social, os quais culminaram com assassinatos, perseguições e prisões, entre outros eventos. Verificamos ainda a instabilidade política, resultado de sucessivos golpes militares, que marcaram o país desde os primórdios da sua independência, esses que tiveram continuidade após o período da liberalização política, em consequência da personalização do sistema político, partindo das dinâmicas e lutas pelo acesso ao poder com a base nas aspirações pessoais. O último destes processos fora identificado como de liberalização do regime, entre outras razões, pelo surgimento de novas forças políticas (1991) e da realização das primeiras eleições multipartidárias, supostamente justas e transparentes (1994). Em vista disso, problematizamos os seguintes fatos: como é que se deu o processo de transição política deste país? Os argumentos políticos presentes neste processo nos levam a consequente indagação: por que um governo civil eleito pelo voto popular não consegue impor controle sobre os militares? – Nesse sentido, buscamos empreender este estudo de caso. Evidenciada tal problemática, nosso trabalho e pesquisa bibliográfica se estabelecem, metodologicamente, articulando escritores locais ao contexto do país africano em questão, sem deixar de estabelecer parâmetros políticos globais comparados no que se refere à conjuntura de outros países no continente. As primeiras impressões indicam algumas possibilidades, concluímos em um primeiro momento que o processo de “transição democrático” e o “discurso do tribalismo” são atravessados por algumas relações. Como no campo da política social em educação do país neste estudo de caso, ou até mesmo o contraste político com as experiências em golpes militares na Guiné-Bissau, questões articuladas em algumas variáveis que entendemos possuírem certa regularidade.

Palavras-chave: Golpes Militares, Guiné-Bissau, Democratização, Tribalismo.

ABSTRACT

This paper deals with successive military coups that demarcate the political transition “no-process” in Guinea-Bissau for the period 1980 to 2009. The purpose of this study is to address the contradictions inherent in the alternation between authoritarian and democratic periods in its political and social history, which culminated in murder, persecution and imprisonment, among other events. We verified the political instability, the result of successive military coups that marked the country since the dawn of independence, those who had continued after the period of political liberalization as a result of the personalization of the political system, based on the dynamics and struggles for access to power with the basis of personal aspirations. The last of these cases had been identified as the liberalization of the regime, among other reasons, the emergence of new political forces (1991) and the completion of the first multiparty elections, supposedly fair and transparent (1994). In view of this, we question the following facts: how was the process of political transition in this country? Political arguments presented in this case lead us to the consequent question: why a civilian government elected by popular vote cannot impose control over the military? - Therefore, we undertake this case study. Highlighted such issues, our work and literature are established, methodologically, articulating local writers to the context of the African country in question, while establishing the overall policy parameters compared with regard to the situation of other countries on the continent. First impressions suggest some possibilities; we concluded at first that the process of "democratic transition" and the "discourse of tribalism" are crossed by some relations. As in the field of social policy in education in this country case study or even the political contrast with the experiences in military coups in Guinea-Bissau, issues articulated in some variables that we believe have certain regularity.

Keywords: Military Coups, Guinea-Bissau, Democratization, Tribalism.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Indicadores econômicos e sociais da Guiné-Bissau.....	p.19
Tabela 2 – Votação para Presidente da Republica (Guiné-Bissau 1994).....	p.29
Tabela 3 – Votação para Presidente da Republica (Guiné-Bissau 2005).....	p.34
Tabela 4 – Acontecimentos, Perseguições, Torturas e Assassinatos.....	p.37
Figura 1 – Bandeira de Guiné-Bissau.....	p.10
Figura 2 – Localização de Guiné-Bissau.....	p.28
Figura 3 – Mapa de Guiné-Bissau.....	p.36
Figura 4 – Regiões de Guiné-Bissau.....	p.41

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Posto de Controle (PAIGC) na Guiné-Bissau em 1974.....	p.36
Ilustração 2 – Palácio da Justiça de Guiné-Bissau.....	p.37
Ilustração 3 – Presidente João Bernardo Nino Vieira e general Tagme Na Waie.....	p.38
Ilustração 4 – General Jose Zamora Nduta.....	p.39
Ilustração 5 – Jose Américo Bubo Na Tchuto.....	p.40
Ilustração 6 – Cocaína apreendida em Bissau.....	p.41
Ilustração 7 – Sede da Assembléia Nacional Popular de Guiné-Bissau.....	p.43
Ilustração 8 – Rio Geba, próximo da capital de Guiné-Bissau.....	p.44
Ilustração 9 – Centro Urbano da Capital Bissau na atualidade.....	p.45
Ilustração 10 – Praia de Guiné-Bissau na atualidade.....	p.48
Ilustração 11 – Manifestação cultural em Guiné-Bissau.....	p.48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Assembléia Nacional Popular
BM	Banco Mundial
CEMGFA	Chefe de Estado maior General das Forças Armada
CEDEAO	Comunidade dos Estados da África Ocidental
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CTP	Carta da Transição Políticas
CEMA	Chefe de Estado da Marinha
CIFAB	Centro de Formação Profissional
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DIARIO BISSAU	Jornal Diário Bissau
FMI	Fundo Monetário Internacional
IC	Igreja Católica
KANSARE	Jornal Kansare
MLN	Movimento da Libertação Nacional
MFDC	Movimentos das Forças Democráticas de Casamança
MOEU EU	Missão de Observação Eleitoral da União Européia
NO PINTCHA	Jornal No Pintha
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guine e Cabo-Verde
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo-Verde
PIB	Produto Interno Bruto
SC	Sociedade Civil

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	11
MARCO TEÓRICO OU REFERENCIAL TEÓRICO	16
CAPÍTULO II: GUINÉ-BISSAU	17
2.1 – CONTEXTO HISTÓRICO	18
2.2 – MOVIMENTO REAJUSTADOR	22
2.3 – DÉCADA DE 90: ABERTURA POLÍTICA	29
CAPÍTULO III: SUCESSIVOS GOLPES MILITARES	37
3.1 – AS DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADE COMO CAUSA DE CONFLITOS	42
3.2 – CAUSAS DO CONFLITO	44
3.3 – SOCIEDADES CIVIS NESSE CONTEXTO	46
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53
ANEXO 1 – JORNAIS LOCAIS	54
ANEXO 2 – JORNAIS LOCAIS	55
ANEXO 3 – JORNAIS LOCAIS	56

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um pequeno País africano que, contrariamente à sua dimensão, sempre foi dos territórios que maior resistência apresentou ao poder colonial português. Conforme documentam diversos autores¹, apesar das lutas da libertação nacional terem sido das mais longas das antigas colônias, Guiné Bissau foi à primeira colônia portuguesa a proclamar unilateralmente independência, no dia 24 de setembro de 1973 – a qual somente seria reconhecida em Portugal no dia 11 de setembro de 1974. Atualmente o estado lusófono² ocupa a posição mais baixa no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Este fato vem acontecendo por sucessivos acontecimentos políticos, econômicos, culturais e sociais – os quais têm marcado de forma repetitiva e, simultaneamente, tem condicionado negativamente o desenvolvimento do país. Cerca de três quartos dos seus 1,7 milhões³ de habitantes são atingidos pelo fenômeno de pobreza. Nos últimos 15 anos, a Guiné-Bissau viveu várias, apressadas e tumultuosas transformações políticas, em um contexto marcado pela proliferação de partidos políticos, organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, etc. – fruto da própria natureza do partido único que transformava a mobilização em participação controlada e dirigida pelo próprio Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Portanto o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de democratização na Guiné-Bissau e o impacto dos sucessivos golpes de Estado que ocorreram no referido país. No entanto, para alcançar o objetivo estabelecemos três objetivos específicos:

- (1) Analisar a dinâmica dos golpes de estado na Guiné-Bissau.
- (2) Identificar os autores e cenários que estiveram na base de sucessivos golpes militares.
- (3) Compreender o “não-processo” de transição política na democracia guineense.

Figura 1. Bandeira de Guiné-Bissau. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>



¹ Koudawo Fafali (1999), Mendy Peter (1996), Lopes Cardoso (1989).

² Países que falam a língua oficial portuguesa.

³ Ver: www.inep.com.br

Nesse sentido o trabalho parte da conjuntura de Guiné-Bissau desde sua abertura política, em meados dos anos 90 – à exceção da primeira eleição em 1994, pois se justifica esse cenário no fato de que nenhum governo durou mais que um ano no poder especificamente. O que constata na prática, são os sucessivos golpes militares que impedem os eleitos de legitimados pelo voto, cumprirem os seus mandatos ou os seus projetos. Sendo que o país vem sofrendo cíclicos golpes militares e erupções violentas e sangrentas em seus governos, por responsabilidade de agentes do Estado desviados para comportamentos criminosos, bárbaros, denunciador de um poder paralelo arrogante, favorecendo narcotráfico do Estado. Prejudicando a qualidade de vida da população em geral, que se sente abandonada pelo Estado, e sem incentivo para ingressar em movimentos de participação democrática no governo. Face à ausência do Estado na Guiné-Bissau, nos seus vários vetores, designadamente no político ou de organização do poder, no econômico, no administrativo, no social, no da ordem e no da justiça.

Consoante às obras nacionais, priorizou-se artigos e notícias de dois periódicos privados, o Diário de Bissau e o jornal *Kansaré*, em contraste a um jornal estatal que é o jornal *No Pincha*, bem como examinamos documentos do II congresso do PAIGC de 2007, realizado em *Gabú*, zona leste da Guiné-Bissau. Esta foi à forma encontrada para desenvolver um plano de coleta de dados secundários, ao qual se impunham limites relacionados ao tempo de estudo, a distância geográfica da Guiné-Bissau e a impasses decorrentes da falha na circulação de informações gerada pelos constantes conflitos no país; em dezembro obtive oportunidade de viajar para Bissau e compor o trabalho de campo, em que verifiquei a dificuldade e os limites a recolha de dados primários e secundários dos possíveis cenários da pesquisa.

O propósito desse estudo é de problematizar a intervenção do exército na interrupção do mandato de um representante eleito, deixando o Estado da Guiné-Bissau sem comando, justificada esta no fato destes grupos não concordarem com as decisões e medidas de tal representante. Essas interrupções acabam por dificultar a consolidação da “democracia” vigente no País desde a década de 90. Na Guiné-Bissau, os militares apropriam-se do discurso de livrar o povo da miséria, da corrupção, injustiça e demais males que os “governos civis” implantam na sociedade guineense. Entretanto, segundo os membros civis do governo, estes são “discursos para justificar os golpes, e atentar contra a liberdade e o processo de democratização no país”. Sendo que, ao destituir o presidente civil, os militares não resolvem tais questões sociais do país.

Procurando responder a questão problematizada nesse estudo de caso, a pesquisa parte de hipótese de que a melhora da escolaridade nas forças armadas diminuiria sucessivos golpes militares; e quando digo melhora, quero dizer criar formas de fazer campanhas de sensibilização dentro dos quartéis, promovendo valores Éticos acerca da democracia e da função social específica das Forças Armadas. Outro esforço necessário seria a criação de escolas com professores capacitados; eis que, na maioria, eles nem sequer sabem ler ou escrever, possivelmente, assim eles desenvolveriam o respeito aos princípios inerentes aos processos democráticos e suas instituições. O terceiro ponto se assenta na etnicidade dentro dos quartéis, discurso populista dos militares sobre esta ou aquela etnia no momento de arregimentar pessoas para seus movimentos; digo isso porque jamais a Guiné-Bissau vai ter problemas tribais graves, mas alguns grupos tentam alimentar essa idéia, no seio dos chamados Castrenses⁴; o que acaba gerando revoltas, as quais, concomitantemente, vêm seguidas dos golpes.

Segundo Teixeira (2006) Guiné-Bissau durante a transição política vivia em uma pólvora de canhão e muitos já sabiam que, dado o baixo grau de fortalecimento das instituições políticas democráticas, concomitante à intimidação por parte do governo do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), o país estaria correndo o risco de enfrentar um suposto golpe de Estado após a realização das primeiras eleições gerais em 1994. A experiência hoje, com vários golpes de estado, prova a fragilidade das instituições que poderiam mediar os conflitos durante o processo de transição política na Guiné-Bissau. As razões anteriormente mencionadas nos levam a afirmar que a transição política na Guiné-Bissau não passou de um processo mitificado; pois levando a consideração a pesquisa, podemos dizer que a Guiné-Bissau nunca passou por transição de regime, ou que ainda não experimentou uma transição de regime autoritário para regime democrático.

A crescente intervenção da classe castrense nos assuntos do governo, que se remete ao período pós-independência, deve-se a incapacidade do estado em não saber realocar os que se autodenominam “libertadores da pátria” – e que deveriam estar à frente do país, no novo sistema administrativo público que o país apresentava. Embora os governos sejam eleitos por via democrática, ou seja, através das eleições livres, a sua legitimidade foi sempre interrompida – com exceção das primeiras eleições em 1994, por conflitos internos dos membros do governo com os militares. Essa situação já vem sendo percebida pela população local, ou seja, o grupo castrense “Militar” por um lado é visto como se fosse “guardião” da

⁴ Denominação dos grupos militares que promovem os golpes.

administração pública, ou são vistos como desestabilizadores da ordem pública e da consolidação da democracia no país. Na Guiné-Bissau em particular o golpe de Estado passou a ser uma das formas para suprir as demandas sociais e das forças armadas (melhoria de soldos).

Para Samuel Huntington (1975) as causas mais importantes da intervenção militar na política não são militares, mas políticas, e refletem não as características sócias e organizações das forças, militares e sim a estrutura política e institucional da sociedade.

Os militares criaram sua autonomia com relação ao governo civil eleito. Algumas vezes, eles tiveram que assumir posições importantes nos governos civis, sendo que, inclusive, o “governo civil” despachava por vezes os assuntos diretamente com as chefias militares. Na Guiné-Bissau esse fato aconteceu com os governos de transição liderados pelos ex-presidentes Malan Bacai Sanha (1999) e Henrique Rosa (2003). Apesar de exercerem o cargo de Chefes de Estado, durante o período de transição, os dois estavam subordinados às ordens das chefias militares. Na Guiné-Bissau, pelo que vivenciei diretamente durante muitos anos, os oficiais militares estão mais preocupados com as suas imagens e as formas como eles são vistos pela sociedade. Gostam de uma vida de luxo, salários altos, bons carros importados, dentre outros “benefícios adicionais”. O governo eleito faz todos os esforços possíveis para se identificar com as Forças Armadas, fazendo elogios aos militares através de condecorações e medalhas, afirmando que eles possuem os mais altos valores da nação, aparecendo nas cerimônias especiais trajados de fardas militares. Durante o levante militar de 1998 e o golpe de Estado de 2003, os líderes políticos nacionais deram um vasto apoio aos militares na derrubada de governos eleitos, com o objetivo de, supostamente, chegar ao poder. Suas reações ao golpe sempre foram verbais e meramente declamatórias em favor dos militares, sem se preocuparem com a reposição da legalidade no país. Esses partidos caracterizam-se por um pensamento político e social demagógico, disfarçando mentiras em formas de verdade, cuja preocupação é o uso de métodos de força por via dos militares para conseguir o poder político. Geralmente estes partidos políticos possuem lideranças autoritárias, desprovidas de princípios e valores éticos que regem gestões democráticas, e grande parte dos seus líderes acabam por apoiar os golpes de Estado na corrida pelo poder. Segundo Huntington (1975), em muitos países a modernização das Forças Armadas é uma prioridade, eles realizam negócios internacionais em armamentos e ampliam a compra de novos

equipamentos e tecnologias. Essa atitude se destina tanto a reforçar a orientação externa dos seus militares, como tem a função de promover sua satisfação em apoiar o novo regime.

Os dados oriundos do trabalho de campo, sejam primários ou secundários, nos indicam a necessidade de estudos avançados na Guiné-Bissau no campo da Ciência Política. Os dados secundários para a efetividade de análise comparada eram precários, pois o processo de censo é prejudicado igualmente no decorrer dos sucessivos golpes militares. Diferentemente ao Brasil, país que me acolheu para intercâmbio universitário, onde nos últimos cinco anos experimento um diferenciado cenário democrático, no qual estive a observar novas atitudes e comportamentos, nas mais diversas esferas e, principalmente, na área política. Neste país facilmente são encontrados dados censitários e esclarecedores das populações, etnias, socioeconômicos, PIB, renda per capita, etc. – justamente pela maior eficácia e eficiência das instituições políticas de Estado, apesar de o mesmo conviver com um golpe militar e consequente período ditatorial que perdurou por vinte anos. As mazelas sociais no cenário brasileiro, inicialmente, surpreenderam-me, pois fiquei chocado com a situação de pessoas que viviam e habitavam as ruas, chamados popularmente de “moradores de rua”, que inclusive, alimentavam-se diretamente no lixo urbano produzido no centro da cidade, local de minha moradia estudantil. Na Guiné-Bissau, apesar das dificuldades, não se observam tais comportamentos, de pessoas saudáveis morando na rua ou até comendo no lixo, tais ações seriam consideradas quadro de insanidade mental avançada. O Brasil no meu entendimento seria um país rico frente à Guiné-Bissau, onde não ocorreriam – ou não deveriam, ao menos, acontecer. O judiciário brasileiro possivelmente não funciona para os pobres, tanto quanto o judiciário guineense não funciona para seu povo, entretanto, a perspectiva econômica dos dois países é completamente diferente, no que toca a produção, geração de emprego e renda, etc., entretanto, nos outros dois poderes, encontramos algumas diferenciações. É o caso do Legislativo, na Guiné-Bissau encontramos apenas deputados eleitos pela população, os quais até elaboram leis de apoio aos conteúdos sociais necessários à melhoria da qualidade de vida da população; no entanto, as leis e o controle social sobre estes legisladores são inócuas, pois não fazem com que eles sejam éticos no cumprimento de mandatos – o que se assemelha ao Brasil, em certa medida, afora que os meios de comunicação não divulgam com amplitude os escândalos, efeito de perseguição política pelos grupos militares ou até mesmo membros do Executivo. A centralidade de nosso estudo caminha no sentido de verificar as possíveis ligações e articulações dos levantes militares e consecutivos golpes, que abalam, principalmente, o eixo do poder Executivo, mesmo que imbricados a outros poderes. Por isso compomos o presente estudo em ciência política; provocado por experimentar outros formatos democráticos, sinto-me responsável por pensar o processo democrático em meu país de origem, a Guiné-Bissau.

CAPÍTULO I

MARCO TEÓRICO OU REFERENCIAL TEÓRICO

Para análise teórica do contexto de sucessivos golpes militares nossa perspectiva perpassa o pensamento de Huntington (1975). Segundo o autor, em todas as sociedades os militares se empenham na política para obter melhores soldos e efetivos maiores, mesmo em sistemas políticos como os Estados Unidos e o da extinta União Soviética, que possuem sistemas políticos quase impecáveis de controle civil. Entretanto, nas sociedades ou países subdesenvolvidos estes não se preocupam apenas com soldos e promoções, estão interessados também na distribuição de poder e status dentro do sistema político vigente.

Isto nos possibilita aproximar o caso da Guiné-Bissau na questão da autonomia dos militares com relação ao poder civil, que é muito presente em todas as instâncias do governo, pois, o poder militar neutraliza qualquer possibilidade de se estabelecer o controle civil sobre eles. De 1994 até a terceira fase de eleições, no caso das multipartidárias, em 2003, o país já passou por quatro levantes militares, dos quais dois culminariam em golpe de estado, em 1998 e 2003. O mais recente ocorreu em março de 2009, resultando tragicamente na morte do então presidente da república João Bernardo Nino Vieira e de seu chefe de estado maior das forças armadas, o general Tagme Naway. Outros nomes importantes do contexto político nacional, como Baciro Dabo e Helder Proença também foram vitimados fatalmente nos conflitos.

Atualmente em Bissau os militares continuam a exercer influência sobre o poder civil. Em alguns casos, ou quase sempre, a escolha do governo civil se deu e ainda se dá através dos militares. Para Santos (1996), a transição política na Guiné-Bissau foi um insucesso, eis que a mesma se deu em um quadro de baixo grau de institucionalização, o qual não permitiu a democratização efetiva do País e, muito menos, propiciou condições para que houvesse independência dos três poderes institucionais (Judiciário Legislativo e Executivo).

No entendimento de Santos (1996) a democracia não se restringe a escolha pelo voto e eleições periódicas dos governantes – apesar de que esses são elementos que a constitui, ela engloba outros elementos adicionais, como o respeito pela regras do jogo e a pauta dos interesses dentro dessas regras. O que significaria ter uma sociedade civil articulada e independente da tutela do estado, ter partidos políticos fortes que representam os verdadeiros interesses da sociedade. Ou seja, minimamente, praticar a tolerância política entre os principais atores no processo de disputa do Estado.

Djalo (2000) argumenta que a democracia terá pouca chance de sucesso caso os representantes de um regime autoritário continuem no poder. Nessas condições, segundo o autor, há grande chance do processo democrático ser apenas uma forma de manutenção dos representantes do regime autoritário. Em contraponto a Santos (1996), Djalo afirma que a tolerância política entre os principais atores políticos sabota qualquer tentativa de transição democrática, e que a mesma serviria apenas para manter o mesmo princípio antidemocrático herdado do regime anterior, razão pela qual a democracia obteria pouca chance de sucesso.

No caso de Przeworski (1989) e Huntington (1994), a análise é de que a transição, por sua vez, significa a passagem de um regime autoritário para um regime democrático, mas essa passagem, como demonstra esses dois autores, não é linear. Como no caso da Guiné-Bissau, ao se instituir a democracia voltaram ao autoritarismo, sob comando do PAIGC. E, conforme nos aponta Teixeira (2008), a mera alternância de um regime para outro não gera necessariamente uma democracia consolidada. De modo geral, a transição democrática e a consolidação de um novo regime chegam ao final quando a sociedade civil alcança o êxito na capacidade de influenciar o estado.

Penso que a utilização destes autores, em especial Przeworski (1989) e Huntington (1994), nos indica que os guineenses não vivenciam na atualidade uma democracia em sua plenitude, com instituições políticas fortalecidas, concomitantemente a descentralização e autonomia dos poderes de Estado. Retrato disto é que a fragilidade do sistema social se revela na última tentativa de golpe militar, em abril de 2010. Entendo que a “transição” para um regime democrático não ocorreu de fato na história de Guiné-Bissau, o que tentaremos explorar no decorrer deste estudo, através de dados primários e secundários somados a alguns pensadores no campo da ciência política.

Apresentaremos neste sentido, autores nativos do continente africano, em particular da Guiné-Bissau, tais como Djalo, que acima nos acompanha na crítica que aqui realizamos da situação problemática que é a permanência no poder de grupos que prejudicam as relações humanas e o desenvolvimento social no país. Outros autores nacionais analisam objetivamente o processo guineense, a relevância em nosso trabalho está no fato de realizarmos um contraste que parte de uma experiência de vida exterior ao conjunto africano, advindo de outras condições comparadas de promoção política dos valores democráticos.

CAPÍTULO II: GUINÉ-BISSAU

2.1 – CONTEXTO HISTÓRICO

É verdade, e claro que a identidade africana ainda está em processo de formação. Não há uma identidade final que seja africana, mas ao mesmo tempo, existe uma identidade nascente. E ela tem certo contexto e certo sentido. Porque, quando alguém me encontra digamos na universidade ele indaga você é da África? O que significa que a África representa alguma coisa para algumas pessoas, cada um desses rótulos tem um sentido, um preço e uma responsabilidade (ACHEBE CHINUA 1973).

A vida cultural na África negra, basicamente, permaneceu não afetada pelas idéias européias até os últimos anos do século XIX, e a maioria das culturas iniciou no nosso século com estilo de vida muito pouco moldada pelo contato direto com a Europa. O comércio direto com os europeus e, especialmente o tráfico de escravos, haviam estruturado as economias de muitos dos territórios na costa ocidental africana e de seu interior, desde meados de século XVII, substituindo o vasto comércio de ouro que existia, no mínimo, desde o império cartaginês, no século II a.C.

No início do século XIX, na medida em que o comércio escravista entrou em declínio, os óleos de babaçu e de amendoim tornaram-se as principais exportações para Europa, sendo posteriormente seguidos pelo cacau e café. Mas a colonização direta da região só começou para valer no fim do século XIX e a administração européia de toda a África ocidental somente foi conseguida após muita resistência, quando o Califado de Sokoto foi conquistado em 1903 (KWAME APPIAH, 1993).

A República da Guiné-Bissau está situada na Costa Ocidental da África, entre o Senegal ao Norte, a República da Guiné-Conacry ao Leste e o Oceano Atlântico ao Norte e a Oeste. Conta com uma das mais largas plataformas da Costa Ocidental da África (36 125 km² ou 36 544 km²). Do ponto de vista geográfico, ela se encontra numa zona de transição guiné - senegalesa e sudanesa limitada ao Norte pelo paralelo 12°- 40'N (Cabo Roso), e ao Sul pelo paralelo 10° 57' (Ponta Gardete), ao Leste pelo meridiano 13° 38' e a Oeste pelo meridiano 10° 43', estende-se a 865 km entre as duas fronteiras, sendo 705 km terrestres e 160 marítimos. O potencial de terras agrícolas representa 51% da superfície total do País, ou seja, 1.810.000 ha. Ao nível nacional, a superfície cultivada é estimada em 200.000 ha (68.000 há

pelo arroz, sendo 37% pelo de Siqueira “n’pam-n’pam, 43% pelo arroz de bolanha de água doce e 20% pelo arroz de mangais ou de bolanha de água salgada).

A população do País atualmente é de quase 1,7 milhões de habitantes, com aproximadamente 25.000 habitantes nas Ilhas, segundo as projeções baseadas nos dados do Censo Geral de 1991, com uma taxa de crescimento anual calculada em 2.2%. Segundo (SANTOS, 1994) ela é composta de três dezenas de etnias distintas, sendo as mais importantes: Balantas (30%), as Fulas (21%), os Manjacos (15%), os Mandingas⁵ (12%), e os Papeis (8%). As etnias Mancanha, (3%), Beafadas (3%) e Bijagos de (3%) os grupos étnicos minoritários.

As informações contidas na Tabela 1 (Indicadores Econômicos e Sociais da Guiné-Bissau) evidenciam a taxa de escolaridade e alfabetização da população, além dos indicadores de saúde do país, os quais estão abaixo da média subsaariana. Os danos provocados pelo conflito político militar de sete de junho de 1998⁶ contribuíram para deteriorar ainda mais tal situação precária. A destruição sofrida pelos principais centros de saneamento básico do país resultaria na desarticulação do sistema sanitário durante um ano, concomitante ao deslocamento das pessoas e sua concentração em campos de refugiados, tendo como consequência a desnutrição da população guineense que foi obrigada a viver em condições precárias.

A Guiné-Bissau recentemente saída das eleições legislativas organizadas pelo Governo de transição culminou com a vitória do PAIGC, que herdou uma economia em sucessiva recessão, acompanhada da deterioração dos poderes de compra dos trabalhadores e da sociedade em geral. As condições de vida da maioria da população são precárias, devido ao aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade. O governo e o setor privado guineense estão em falta de meios financeiros para investir nos setores produtivos. Essas dificuldades geraram perigos, que comprometem o desenvolvimento, caso não sejam tomadas medidas profundas e urgentes.

O país nos últimos dez anos não teve um desempenho econômico positivo. As reformas implantadas no programa do governo fizeram efeito na economia, mas apesar deste crescimento econômico verificado, a melhoria e viabilidade financeira interna e externa do

⁵ Existem grandes disparidades entre dados citados acima, da população guineense e da sua composição étnica. O Instituto Nacional da Estatística e Censo (INEC), iniciou um processo de recenseamento geral da população, o qual foi interrompido pelo golpe de estado de 1 de março de 2009, que teve seu percurso atravessado por causa dos assassinatos do presidente da república e do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, e foram retomadas logo depois de certa estabilidade no país, com o processo atualmente em fase de conclusão.

⁶ Ocorreu um levante militar, que se auto denominaram de Junta Militar, o qual durou mais de onze meses, resultando na deposição do então presidente Nino Vieira.

país, as condições da vida da população em geral não foram melhoradas. E os recursos obtidos no desempenho econômico não foram distribuídos de forma homogênea à população, a qual continua a viver na mesma situação de vulnerabilidade.

As reformas em curso no país foram interrompidas pela revolta militar conhecida por “Sete de Junho” em 1998 – contra o então presidente da república, por este exonerar o seu chefe de estado maior das Forças Armadas. Nesse período o Produto Interno Bruto (PIB) caiu cerca de 30%. A queda no desenvolvimento da economia guineense provocou elevado índice de desemprego e fraca produtividade. Hoje o aparelho administrativo público funciona com enorme dificuldade por razões de várias ordens, tais como a corrupção.

A Guiné-Bissau está incluída no conjunto dos países mais pobres e que têm elevado índice de desemprego, os funcionários públicos e os empregados têm enormes dificuldades de aumentar a produção por falta de meios adequados para diversos setores de produtivos. O País (Guiné-Bissau) apresenta principalmente as seguintes características:

- Altos índices de desemprego
- Baixo nível educacional
- Falta de assistência medica para população em geral
- Falta de habitação decente para os trabalhadores

Tabela 1. Indicadores Econômicos e Sociais da Guiné-Bissau

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB (em bilhões de dólares EUA)		1,1	1, 2	1, 4	1,	-
Taxa de Crescimento		3,5%	4,3%	4,8%	3,7%*	-
PIB per capita (em dólares de EUA)	280	287	286	281	284	287
GINI	0, 634	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
IDH		0, 349	0, 383	0,396	-	-
Taxa de Alfabetização	n.d	40%		44,8%	n.d	53,9%

Fonte: FMI (Abril: 2010)

Esta tabela mostra os principais indicadores econômicos e sociais da Guiné-Bissau nos últimos anos. Em relação aos indicadores sociais, a tabela 1 nos mostra, por exemplo, mesmo que a taxa de alfabetização (população que sabe ler e escrever) continua sendo baixa, apesar disso houve uma melhora significativa, saindo dos 40% em 2005 para 53,9% em 2009 (dados estimados até a data da publicação).

Também vimos que o IDH continua entre os mais fracos do mundo, em que os seus “0.396” dados correspondentes a 2007, mas publicado em 2009, demonstra que a Guiné-Bissau continua a ocupar os últimos lugares nesta classificação, visto que enquanto a cifra se aproxima dos 100 significa maior concentração de renda. Também em relação ao índice GINI,

que mede a desigualdade na distribuição da renda, devido à escassez dos dados só se teve acesso aos dados de 2004 e nela constata-se que os seus 0,63 muito próximos dos 100 explicam que a grande parte da renda guineense se concentra numa pequena parcela da população guineense. Razão pela qual às vezes desata insatisfação por parte da população, da qual emergem alguns levantes que se organizam como “libertadores” e na realidade fundamentam os golpes de estados, dentre diversas outras manifestações que acontecem. Em relação a questões econômicas, pode-se ver o PIP per capita da população (USD 787 em 2008), valor considerado muito baixo para satisfazer as necessidades individuais da população em sua maioria durante um ano.

A Guiné-Bissau, fortemente dependente da agricultura e da pesca, é objeto de um programa do Fundo Monetário Internacional⁷ (FMI) para ajuste estrutural. A castanha de caju, que é hoje um dos produtos mais procurado mundialmente, aumentou invejavelmente de preço em anos recentes. O país exporta peixes e mariscos, amendoim, semente de palma e madeira. As licenças de pesca são importantes fontes de receitas. O arroz é o cereal mais produzido e um ingrediente típico e indispensável na alimentação local.

Em 7 de junho de 1998, a guerra durou mais de onze meses, as tropas do país vizinho Senegal, em apoio ao então presidente de Guiné-Bissau, Vieira, cruzaram o caminho com os revoltosos que se autodenominavam de “Junta Militar”. Esse grupo militar controlava o país e destruiu grande parte das infra-estruturas, causando danos em todas as regiões. Esse conflito fez com que caísse o PIB 28% naquele ano, com uma recuperação parcial chegando apenas em 2000.

Antes da guerra, os maiores êxitos do governo tinham sido a reforma comercial e a liberalização dos preços, tudo sob a tutela do FMI. A austeridade fiscal e o incentivo ao desenvolvimento do sector privado deram novo fôlego à economia. Após a guerra civil, as medidas de recuperação lançadas pelo governo (novamente com a ajuda do FMI e também do Banco Mundial) trouxeram alento à debilitada economia e, em 1999, permitiram que o PIB se recuperasse.

Em dezembro de 2000 a Guiné-Bissau tentou uma ajuda internacional de 800 milhões de dólares para a estratégia de redução da pobreza, que começou ser aplicada em 2002. O país só começará a receber boa parte da quantia quando satisfizer exigências básicas. As prospecções de petróleo, fosfato e outros recursos mineiros vão começar em 2010, como no caso da extração de petróleo na zona de exploração conjunta com Senegal que já acontece.

⁷ Página governamental: www.republica-da-guine-bissau.org

O país vive mergulhado em meio a crises econômicas, inviabilizando seu processo da consolidação democrática, fazendo com que os conflitos violentos, a qualquer momento, em resultado da intolerância, gerem a debilidade do estado. Fatos esses que provocam uma corrupção generalizada, ineficiência administrativa e, por conseguinte, o distanciamento dos cidadãos em relação ao estado. Soma-se a este quadro a falta de assistência médica e medicamentos para os servidores do aparato do Estado no atendimento da população em geral. A ausência de meios de produção adequados, os quais possam permitir ao trabalhador aumentar a produtividade, com vista a aumentar o lucro, que é a condição *sine qua non* do reinvestimento do setor privado, resta também agravado devido aos consecutivos conflitos. Esses fatores somados informam na atualidade uma Guiné-Bissau que se caracteriza por um declínio da produção econômica e do nível de emprego e de salários. Como consequência crescem a insatisfação e descontentamento em relação à mobilização e dinamismo da consciência social dos diversos segmentos que compõem a sociedade guineense.

Resguardadas as identidades culturais do meu país de origem aqui perscrutado no campo político, as imbricadas relações com os setores sociais e econômicos são quase inevitáveis, não que queiramos aqui fazer um quadro comparado, o que não é objeto deste estudo nesse momento. É o caso do preenchimento de vagas no interior das carreiras de Estado. Enquanto no Brasil são realizados periodicamente concursos públicos para ascensão a cargos nos três poderes, no caso da Guiné-Bissau o enquadramento necessário e critério são personalíssimos, bastando ser amigo, ou parente, ou da mesma etnia que o emprego é garantido. Esse fato dificulta a distribuição de renda e indis põe as populações a participarem ativamente nos rumos políticos do país. Recentemente alguns concursos são realizados para os guineenses, mas por vezes, fraudados, favorecendo este ou aquele grupo presente no poder.

Outro fator importante é o fator previdenciário, o qual não regulamenta algumas ações, como no caso da aposentadoria, abrindo espaço para atuações corruptas de alguns grupos. Efeito disso é que alguns grupos se perpetuam em algumas funções, pois deveriam de alguma forma já estar aposentados ou realizando outras tarefas necessárias ao desenvolvimento guineense. Dessa forma, alguns preparados cidadãos que querem colaborar para com a democracia no país não têm vez ou voz no processo de geração de trabalho e renda.

2.2 – MOVIMENTO REAJUSTADOR

A independência foi recebida com certo entusiasmo, que se generalizou, e, por vezes se tornou alheio aos problemas inerentes, com esperanças e incertezas quanto ao futuro da Guiné-Bissau, pois a luta continuava, embora agora o inimigo já não fosse o colonialismo português. Os obstáculos estavam agora dentro da sociedade guineense, nas fraquezas das próprias instituições que, desde o princípio, não correspondiam aos objetivos de atingir nesta nova fase de construção de uma nova nação; com muitas etnias diferentes umas das outras e em que se distinguiam os guerrilheiros do PAIGC, os antigos combatentes do lado português e a população sacrificada após onze anos de conflito armado (CARDOSO, 1996).

Em 1980, a situação econômica na Guiné-Bissau era muito má. A diferença entre uma classe dirigente vivendo num luxo ostensivo e a população desprovida dos elementares bens de primeira necessidade era inaceitável, em um país que tinha efetuado inúmeros sacrifícios na luta de libertação nacional, o Estado tinha revelado uma total incapacidade de resolver os principais problemas da população, e as tarefas políticas tornaram-se cada vez mais complexas.

Apesar da rejeição de muitos dos chamados “representantes do povo”, a Assembleia Nacional Popular, em sessão extraordinária de 12⁸ de Novembro de 1980, aprovou o texto da nova Constituição. Este fato, adicionado ao comportamento do país e também ao crescente mal-estar social, traduzido em desconfianças mútuas e ódios, resultantes das perseguições dos órgãos da segurança do Estado, seriam a base da crescente instabilidade política. Neste ambiente de permanentes conflitos internos no PAIGC, na Guiné-Bissau, seis anos após a independência, o primeiro presidente indicado pelo PAIGC, Luis Cabral, em 1974, foi deposto através de um golpe de estado em 1980. E este golpe de estado foi liderado pelo comandante de guerra, João Bernardo Nino Viera, o qual havia dirigido a luta contra colonos portugueses no Sul do país.

O golpe foi interpretado pelos velhos combatentes guineense do PAIGC como uma forma de tirar o poder político da mão dos cabo-verdianos, realizando a idéia de que os próprios guineenses podiam dirigir o país. Vale salientar que uma ala de cabo-verdianos controlava a chefia do aparelho estatal e foram os principais colaboradores dos portugueses durante o processo de colonização na Guiné-Bissau. E o golpe de 1980 sela a separação política entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, acabando com o sonho de unificação destes dois países. É importante saber que, além dos conflitos no interior do próprio partido, o golpe de

⁸ <http://www.guine-bissau.net/ue/pt/historia.htm>

estado de 1980 trouxe à tona os conflitos ideológicos. O primeiro grupo era a ala moderada do PAIGC, que defendia a reforma interna no partido. O segundo grupo era composto na sua maioria por jovens que haviam acabado de retornar dos seus estudos em países como a França, Portugal e Estados Unidos – onde os valores da democracia eram amplamente aceitos e difundidos. O terceiro grupo era a ala “linha dura”, formada na sua maioria por velhos combatentes guineenses que defendiam uma política conservadora em defesa dos seus interesses e privilégio (TEIXEIRA, 2008).

Anos que da independência pa Guiné-Bissau anós
ku tem ku sta. na frente de Bissau⁹.

E, por outras razões do golpe de 14 de novembro, os antigos combatentes sentiam uma profunda injustiça perante o sistema de cotas, por conta da distribuição de patentes que permitia promover jovens cabo-verdianos recém-chegados de Portugal ou de Cabo Verde, e sem nenhuma legitimidade militar a comandarem os “verdadeiros combatentes da liberdade da pátria”; quanto a Nino Vieira, este considerou não ter sido promovido de forma justa (LOPES CARDOSO, 2002).

A independência para o PAIGC sempre foi um objetivo de luta equiparado ao fim do domínio colonial. Dada a relação de apoio à luta que a Guiné-Conacry e Senegal sempre expressaram, não encontramos na obra de Amílcar Cabral¹⁰ nenhuma referência significativa de que o processo de conseguir a independência pudesse continuar depois da saída dos portugueses. Sabemos hoje que a mudança de poder político do golpe em 14 de novembro de 1980¹¹ foi interpretada como um reajuste do poder, conquistado na independência, atribuindo mais poder aos dirigentes guineenses em detrimento dos cabo-verdianos. Podemos também analisar como uma perda gradual de independência o processo de diminuição progressiva de autonomia na definição da política econômica e social que se desenvolveria, sobretudo a partir de 1986, com a aceitação pelo poder nacional dos programas de ajustamento estrutural e de estabilização (Proença, C.S., 2003).

Por outro lado, os guineenses achavam que cabo-verdianos puros comandando na Guiné-Bissau seria uma afronta, ou seja, o primeiro Presidente da República do Estado da Guiné-Bissau após a declaração da independência seria mais honroso e patrioticamente agradável, acaso fosse alguém com “raízes do chão guineense”; vou referir aqui um pormenor

⁹ Tradução do Criolo: “Somos proclamadores da independência deste país e cabe a nos dirigi-lo e não um grupo de estrangeiros”, no caso cabo-verdiano.

¹⁰ Amílcar Cabral: Fundador do PAIGC. Morto em 20/01/1973 em Guiné conacry.

¹¹ Ver: Raúl Mendes Fernandes: “Partido único e poderes tradicionais” *in* soronda n 16 de julho de 1993, INEP, Bissau.

interessante de história não distante: Em cuba, Che Guevara teve um papel relevante na luta pela libertação, e depois, terá ele ficado com algum cargo de Estado acima dos companheiros Cubanos?

Os habitantes do Reino Unido, descontentes com a política, depois de fundarem as colônias no continente americano e mais tarde os Estados Unidos, embora tornados poderosos não voltassem para tentar colonizar o Reino Unido? Pois não! Esta minha exclamação é legítima, pois o que se assistiu no caso guineense é que depois de saída dos portugueses do país, e a entrada do PAIGC em Bissau e a ocupação total do território, a unidade da Guiné e Cabo-Verde, para a população guineense não se configurou, como os Guineenses supostamente pensavam ou podiam imaginar. Pois começa por se observar e sentir que na Guiné-Bissau os dirigentes máximos eram de origem cabo-verdiana.

Mas em Cabo-Verde não havia cargo ou lugar para nenhum guineense, por quê? Ainda que notório e público que o núcleo central do PAIGC era constituído desigualmente por cabo-verdianos e poucos guineenses faziam parte; tão poucos que desapareceram no processo da luta. Foram muitos os processos internos de intriga e conspirações induzidos para se conseguir ou afastar alguém do poder neste partido político. Situações destas foram inúmeras, como no caso escandaloso e triste da morte do primeiro ministro Francisco Mendes (Chico Te), após a independência (1974). Ora, sabe-se muito bem que o regime de Luís Cabral¹² como presidente da república pós-independência não foi “pêra doce” para a população guineense.

Os guineenses viveram na administração colonial portuguesa sob ação e julgo dos cabo-verdianos, pois, desde os primórdios, a administração do território guineense ficou sob tutela do governador da Praia (Cabo-Verde). Podemos afirmar que essa realidade enraizou-se na mente da elite de Cabo-Verde, a ideia de que os guineenses são inferiores. Prosseguindo, e mesmo após a autonomia provinciana da Guiné-Bissau, os altos funcionários e serviços, eram ocupadas pelos cabo-verdianos; a não ser que houvesse um guineense que exibisse um elevado grau de assimilação, ou mestiço luso-guineense em alguma posição de destaque, mas sob grande vigilância.

É preciso ter em conta que, de algumas décadas atrás, antes dos anos cinqüenta, na Guiné-Bissau, o nível de escolaridade máximo era a 4ª classe¹³. Quem quisesse mais, teria que se deslocar a Cabo-Verde ou continuar estudar em Portugal. Somente mais tarde, propriamente em 1958 foi fundado o Liceu e, depois a Escola Técnica (Escola Industrial e

¹² Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, co-fundador do PAIGC.

¹³ O que no Brasil corresponde 9ª série da Educação Básica, do Ensino Fundamental..

Comercial de Bissau). Enfim, a elite cabo-verdiana residente em Bissau praticou bem sua discriminação sutil em relação aos guineenses, comportando-se enquanto “senhores” para os guineenses, referindo-se a população local a designação de “gentio” ou “indígena” quando podiam.

Sob a presença das autoridades oficiais portuguesas não era permitido tais atitudes e comportamentos preconceituosos, curiosamente os brancos colonos na Guiné-Bissau eram bem mais cordiais na escola formal; os filhos de pais genuinamente guineenses e os nossos colegas descendentes de pais cabo-verdianos compartilhavam um ambiente de discriminação positiva, pois valorizávamo-nos pelo desempenho escolar. Entretanto, as oportunidades sociais já obedeciam outra seleção. Porém, mais tarde, foi nomeado (1968) pela metrópole para Governador Provinciano da Guiné-Bissau, o então Brigadeiro António de Spínola. Personalidade esta que veio tentar promover o guineense genuíno, e, politicamente, esta ação já foi conhecida como “estratégia para minar” o PAIGC e abortar a luta de libertação liderada por Amílcar Cabral¹⁴, a qual estava em curso nas matas da Guiné-Bissau.

E não há dúvida que a ação do Governador António Spínola teve o seu grande mérito na promoção da população guineense, em termos de formação e desenvolvimento, quer académico, quer na promoção real da população em geral. Eu penso que, apesar de tudo, não tenho rancor nenhum a qualquer cabo-verdiano, e a nenhum português, apenas é preciso ter em conta o seguinte: “Dam kil ki e de mi”¹⁵.

Vejamos como acontece em todos os países do mundo, existem classes sociais, seja qual for a sua forma de organização social, existem sempre os mais abastados, os menos abastados e os pobres, por exemplo. Na Guiné-Bissau portuguesa de então também havia. Isto por que havia cabo-verdianos que não pertenciam à referida elite mencionada, e eram os mais pobres, os quais, por sua vez, se misturaram com os guineenses autóctones, cujo lugar de origem é a “tabanca” com os quais se misturaram. Ora, esta nova geração pertence à Guiné-Bissau porque nasceram e foram criados naquele espaço territorial em comunidade. Por isso, se algum guineense tiver preconceitos, tem que ter cuidado porque pode “dar um tiro no pé” ao ter certos pronunciamentos.

No entanto, qualquer guineense sabe e não discute isto, o fato de que todos os filhos de cabo-verdianos, nascidos na Guiné-Bissau, gozam dos direitos de cidadania guineense, realmente era o “sonho” de Amílcar Cabral, construir e consolidar a unidade da Guiné e Cabo-Verde que, como é lógico, caso se concretizasse teria sido bom para ambos os países,

¹⁴ Um dos principais líderes da luta para a independência de guiné-e cabo-verde

¹⁵ Que significa dar o que e meu por direito

mas era preciso, em primeiro lugar, acabar com os complexos de supremacia cabo-verdiana. O “sonho” não se realizou como todos já sabem, pois houve da parte do núcleo cabo-verdiano do PAIGC – que parece trazer consigo a execução de um plano pré-concebido para usurpar o poder na Guiné-Bissau – como ficou demonstrado na prática. Evidentes reflexos do regime de Luís Cabral.

O golpe de Estado perpetrado em 1980 por Nino Vieira era considerado legítimo pela maioria dos guineenses, isso porque achavam que os próprios guineenses têm o direito de serem eles a dirigir o seu país. Ahmed Sekou Touré (Presidente da Guiné-Conacry) já bem referia no momento, que a unidade Guiné e Cabo-Verde eram “do cavalo e do cavaleiro”, é claro que Nino Vieira depois usou igualmente a mesma frase.

Mas o regime do Nino Vieira falhou, porque se baseou muito na desconfiança dos seus companheiros, e por isso nunca se preocuparam em criar condições para atrair os compatriotas intelectuais, quadros competentes e outros letrados espalhados por efeito da diáspora que afasta muitos quadros técnicos, que buscam melhores condições de vida em outros países do mundo, talentos que poderiam colaborar com o avanço de Guiné-Bissau. Portanto, é a ideologia do PAIGC de se proteger fechado em si, em detrimento do desenvolvimento do país. Enfim, na minha perspectiva, a Guiné-Bissau, nos tempos de viagens políticas por reivindicações dos países outrora sob jugo colonial, devia ter certa reserva intelectual como havia em Angola, Moçambique e Cabo-Verde. Assim acredito que estaria em melhores condições de evitar estes sofrimentos em meio aos conflitos armados.

O “Movimento Reajustador” de 14 de Novembro de 1980, como ficou conhecido, soube explorar o seu benefício à velha e profunda clivagem entre as elites negras e mestiças na Guiné-Bissau. O ressentimento face aos cabo-verdianos nasce com a história e o modelo de dominação colonial. Por causa da origem sociocultural e do acesso à educação de que puderam se beneficiar os cabo-verdianos, estes colaboraram ativamente com o poder colonial, tendo-se revelado como preciosos auxiliares intermediários entre os autóctones e as autoridades coloniais na gestão da administração e na supervisão dos trabalhos forçados. Mesmo levando em conta que os mestiços forneceram aos movimentos nacionalistas os seus melhores quadros, este passado incomoda, e ressurgiu logo que a elite mestiça cabo-verdiana começou a ganhar posições depois da conquista da independência.

A supremacia burocrática dos cabo-verdianos se explica, em partes pelo alto índice de alfabetização no arquipélago, onde os habitantes eram classificados pelos portugueses como “civilizados” e usufruiria, pelo menos em tempos formais, dos mesmos estatutos que os dos portugueses. Para termos uma ideia, em 1950, Cabo-Verde apresentava uma taxa de

analfabetismo em torno de 78%, enquanto que na Guiné-Bissau essa percentagem atingiu 99%, em Moçambique eram 98% e 97% em Angola (MENDY, 1993). Esse privilégio contribuiria em grande parte para boicotar o esforço levado a cabo pelo PAIGC, o de união entre os dois países pelas diferenças culturais entre os dois povos, demonstrando também o grau das contradições e a luta pelo poder entre os velhos combatentes cabo-verdianos e guineenses, que culminou na deposição do então presidente Luis Cabral. Até mesmo nos dias de hoje é percebida uma longa distância entre os povos desses dois países, que lutaram juntos pela mesma causa. Na sequência destes fatos foi constituído em Cabo-Verde o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) ¹⁶.

Gostaria de salientar que a estratégia de desenvolvimento econômico adotado pelos governos do PAIGC enfatizava que, sendo agricultura um setor chave da economia, deveria essa merecer prioridade do governo, já que a industrialização e o desenvolvimento nacional dependiam dela. De acordo com o líder e fundador do PAIGC, Amílcar Cabral, a prioridade na agricultura significaria mais do que um simples cultivo, simbolizaria ter presente o que povo pode fazer, pode realmente executar, é uma questão, sobretudo, da democracia popular, de escolas do povo, clínicas do povo, e solidariedade entre as cidades (FERNANDES 1993). Todas essas medidas exigiriam, conforme ficou demonstrado acima, um sistema de economia centralizado, com forte presença do Estado, seja esse produtor e distribuidor, seja esse regulador e planificador do sistema econômico do país como um todo.

Figura 2. Localização de Guiné-Bissau



¹⁶ Partido Africano para Independência de Cabo-Verde; é bom salientar que depois de 14 de novembro de 1980 desapareceu o sonho de união entre os dois povos, o que provocou o corte de relações entre dois países, contexto político no qual emergiria o PAICV.

2.3 – DÉCADA DE 90: ABERTURA POLÍTICA

Em janeiro de 1991, o PAIGC “aceita” o princípio da abertura democrática, e em maio de 1991 a Assembléia Nacional Popular (ANP) vota a queda do artigo 4º da Constituição que consagrava o PAIGC com privilégio de ser a única força política autorizada no país, enquanto única e exclusiva força dirigente da sociedade guineense. Foi preciso esperar até 18 de novembro de 1991 para que se concretizasse a legalização do primeiro partido de oposição, a Frente Democrática (FD). Enquanto isso a comissão multipartidária de transição se encarregou de conduzir a concentração entre oposição e o PAIGC para uma organização de quadro pluralista, o que ocorreria apenas nove meses mais tarde, em agosto de 1992.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) é instalada somente sete meses mais tarde, em março de 1993, na mesma altura o processo de liberalização entra em um impasse criado pelo anúncio de uma tentativa de golpe de estado conhecida como “17 de março”¹⁷. Segue um bloqueio por cerca de um ano, e, em abril de 1994, treze meses após a sua instalação, a CNE dá início ao recenseamento eleitoral às eleições, que tem lugar em julho-agosto de 1994. Neste momento começa a surgir no país novas forças políticas, em oposição ao partido que há mais de vinte anos conduzia o destino do povo de Guiné-Bissau. Os partidos de oposição não teriam uma tarefa fácil frente ao PAIGC, um partido com longos anos de experiências política e bem enraizado em todo o espaço nacional (KOUDAWO, 2001).

As dificuldades de intervenção dos novos partidos fora em certa medida potencializada ainda mais devido ao fato deles nunca terem estabelecido uma plataforma de entendimento, de forma a poderem fazer uma frente unida contra o seu adversário político no poder. Cada novo partido, à sua maneira, procuraram – por medo de vir a partilhar poder com os outros – conduzir sozinho a sua luta política, em um contexto que não era de todo favorável, já que a maior parte desses partidos nem sequer tinha uma organização interna sólida. Este erro estratégico da oposição guineense teve o seu desfecho nos resultados das primeiras eleições multipartidárias organizadas em 1994, em que o PAIGC saiu vitorioso nas legislativas e nas presidenciais¹⁸. Nesse pleito, o (PAIGC), obteve maioria dos assentos na assembléia nacional

¹⁷ Na sequência da morte do major Robaldo de Pina, um dos homens de confiança de Nino Vieira, chefe da unidade de elite de polícia das forças de intervenção rápida (FIR), vários membros dos partidos da oposição foram presos e acusados de tentativa de golpe de estado.

¹⁸ Foram legalizados na Guiné-Bissau quinze partidos políticos: Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC partido de luta anti-colonial), Fórum Cívico Guineense Social Democracia. (FGC/SD), Frente Democrata Social (FDS), Liga Guineense de Proteção Ecológica (LIPE), Movimento de Unidade para Democracia (MUDE), Partido de Convergência Democrático (PCD). Partido Democrático do Progresso (PDP), Partido de Renovação e Desenvolvimento

(62%), elegeu o presidente João Bernardo Nino Vieira via eleições diretas com (64,2%) dos votos. E o Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), ficou na segunda posição, com 31% dos votos, conforme podemos acompanhar na Tabela 2:

Tabela 2. Votação para presidente da república da Guiné-Bissau, 1994 (%).

CANDIDATOS	PARTIDOS	1º Turno	2º Turno
João Bernardo Vieira	PAIGC	46,2	64,2
Kumba Yalá	PRS	21,9	31,1
Domingos Fernandes	RGB-MB	17,4	
Outros		14,5	
Total		100%	95,20%

Fonte: Teixeira (2008), com a base em dados da Comissão Nacional de Eleições, referente ao processo eleitoral de 1994.

Segundo Carlos Cardoso (1989), outra questão que também se discutiu após as eleições é se teria havido votos étnicos, se a votação sobre um determinado candidato teria sido motivada pela sua pertença a esta ou aquela etnia. Antes de tudo, é importante realçar que é difícil em um país como a Guiné-Bissau, onde a miscigenação étnica atingiu um nível considerável, pensar sobre esta questão nestes termos de forma tão direta.

Embora continue havendo regiões com predominância de uma determinada etnia, como é o caso do Leste, onde predominam os Fulas e Mandingas, ou uma parte do Norte onde predominam os Manjacos, o processo de integração dificilmente admite que se fale categoricamente de clivagens étnicas nítidas, quanto ao local de residência de cada uma delas. É preciso considerar os cruzamentos através de casamentos, para não falar de migrações inter-regionais (Balantas quase emigraram para o Sul, o Leste e o Norte e Papeis nas Ilhas dos Bijagós).

Além disso, é preciso não esquecer que, segundo estudos antropológicos feitos recentemente na costa ocidental africana, a identidade étnica cultural é um dado que pode mudar de acordo com as circunstâncias históricas e as estratégias coletivas e ou individuais. Um mesmo indivíduo pode declarar-se hoje de etnia papel e amanhã considerar-se de etnia Manjaco ou Balanta. As próprias fronteiras identitárias não são dadas, imutáveis. Nestas circunstâncias temos que relativizar os nossos pontos de vista. Mas, não obstante estes fatos, e

(PRD), Partido para Renovação Social (PRS), Partido Unido Social Democracia (PUSD), Resistência da Guiné-Bissau (RGB), Partido Social Democracia (PSD), Aliança Socialista Guineense (ASG), e Partido Popular Guineense (PPG).

no que diz respeito, por exemplo, às eleições presidenciais, alguns indícios apontam para o voto étnico.

O fato de o candidato Kumba Yala ter sido votado massivamente na região Norte logo na primeira volta, nomeadamente em Bissorá (71,06 %) onde 77 % da população é Balanta, Bigene/Bula (51,39 %) onde 58 % da população é Balanta, e Mansoa/Nhacra (44,35 %) onde cerca de (74%) da população declara ser balanta, e no Sul, nomeadamente Fulacunda/Tite (44,74 %) onde 61% é Balanta, e Catió (40,93 %) onde 65 % é da etnia balanta, enquanto que Nino mobiliza maior percentagem de votos nomeadamente em Quinhamel (79,07 %), sector onde predomina a etnia Papel (87%); ou ainda o fato de François Mendy ter feito o seu melhor desempenho em Caio/Canchungo (28,19%) onde predominam os Manjacos (93 %), pode dar uma certa razão para falar de voto étnico.

Entretanto, nem por isso podemos afirmar este ponto de vista, porque em Tite e Fulacunda, que é outra região da Guiné-Bissau, sendo um dos círculos onde Kumba Yala foi massivamente votado, também existem outras etnias, como os Beafadas (30%), os Fulas (16 %) e Papeis (5 %), Nalus e Sossos; Boubacar Djaló é fula, mas não conseguiu cativar mais do que 3,97 % dos votos em Gabú, enquanto que Nino, um Papel, realizou um score de 55,9% e Domingos Fernandes, um Mancanha, conseguiu um dos seus maiores campos de votos nesta região onde predominam os Fulas.

Os candidatos Domingos Fernandes e Victor S. Maria, ambos pertencentes a etnia Mancanha, sofreram uma derrota retumbante em Bolama/Ilha dos Bijagós, onde existe um certo peso dos Mancanhas, principalmente em Bolama (22%). Em Bula e arredores o eleitorado preferiu votar no candidato Kumba, um Balanta. François Mendy foi eleito como deputado no "chão dos Manjacos", mas como candidato presidencial não obteve a maioria dos votos dos Manjacos, que foram para o candidato Nino (28,19%) contra 40,15% em Caió/Canchungo, e 14,70% contra 40,54% em Cacheu. Contudo; uma coisa é a tendência étnica do voto e outra coisa é o "tribalismo" que os políticos guineenses tentam implantar no ato das eleições, mas não conseguem efetivamente.

O eleitorado pode manifestar a sua solidariedade ou confiança em um determinado candidato que considera mais próximo dele, por uma razão ou outra, sem que, no entanto, isso signifique automaticamente uma manipulação do sentimento étnico por parte do candidato. Apenas nestas circunstâncias a manipulação da solidariedade étnica para fins políticos é que se pode falar, quanto a nós, de "tribalismo", na sua verdadeira acepção da palavra. Com isto não queremos dizer que o fato de ter ocorrido uma votação com esta tendência não deva

preocupar os políticos. Pensamos que é significativa tal situação, e que a mesma deva ser levada em consideração em pesquisas e censos políticos futuros.

Após três anos no poder como presidente eleito nas primeiras eleições democráticas de 1994, Vieira foi deposto por um novo golpe de estado que se deu em 7 de junho de 1998, desta vez por Assumane Mane, outro combatente da luta do PAIGC contra colonos portugueses. O mesmo desempenhou cargo de chefe de estado maior, sendo general das forças armadas no governo de Vieira, quando foi acusado por este de tráfico de armas para a guerrilha de Cassamança¹⁹, uma região fronteira do Senegal, que desde o tempo colonial luta pela sua autodeterminação e independência do Senegal, ainda quando estava ainda sobre o domínio da França (KOUAWO, 1999).

Desde logo, com um forte apoio do outro lado da fronteira, neste contexto, os guerrilheiros do Movimento das Forças Democráticas de Cassamança (MFDC) habituaram-se a contar, ao longo dos anos, com o auxílio dos guineenses, em termos de fornecimento de armamento e apoio logístico. Este apoio assentava no fato de existir uma ligação étnica entre o povo de Cassamança, majoritariamente da etnia Diola, e o povo do Norte da Guiné-Bissau, que são do mesmo grupo étnico, porém, em Guiné-Bissau estes são designados por Felupes.

O governo guineense, apesar de nunca ter apoiado abertamente os rebeldes, aparentemente fechou os olhos à ajuda que ao nível nacional era dispensada ao MFDC. É neste contexto que, em finais de 1997, é decidido pelo governo guineense criar uma Comissão Interministerial, integrando elementos dos ministérios da Defesa e Administração Interna, para investigar a questão do tráfico de armas da Guiné-Bissau para os guerrilheiros de Cassamança. Finalizado o trabalho, esta comissão produziu um relatório considerado muito polémico dado a natureza e importância da questão, também a Assembleia Nacional criou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o tráfico ilegal de armas para os independentistas de Cassamança (ZAMORA, 2001). O atual chefe de estado maior, general das forças armadas, Zamora Induta, na época produziu um relatório após cerca de dois meses de investigações, no qual recomendava que, em face da não existência de acusações que ligassem o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Brigadeiro Assumane Mane ao tráfico de armas, fosse revisto o processo de suspensão do cargo que ocupava.

Segundo TEIXEIRA (2006), no início do conflito as primeiras notícias sobre os confrontos militares indicavam que se trataria de um incidente de proporções relativamente reduzidas. Tratava-se de uma ação, a qual se julgava nessa altura ser de um pequeno grupo de

¹⁹ (MFDC) Movimento das Forças Democráticas de Casamança é um grupo separatista que reivindica do governo senegalês a autonomia da região.

militares, chefiado pelo recém-demitido Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Brigadeiro Assumane Mane. Esse decidira se rebelar contra o presidente. Assumane Mane e a chamada “Junta Militar” exigiram a renúncia de Vieira, que resultaria em onze meses de guerra, quando o presidente Vieira pediu a renúncia e foi exilado em Portugal. A derrubada de Vieira contou com o apoio dos militares da etnia Balantas, que representava na época 24% de população e era o principal grupo de colaboradores de Amílcar Cabral durante a luta contra o domínio de colonos portugueses. Os Balantas haviam sido excluídos do poder no governo de Vieira, sendo ainda reforçados pelo assassinato de dois dos seus principais líderes políticos, Viriato Pá e Paulo Correia, em 1985, no famoso caso “17 de outubro”²⁰.

Os Balantas deram vasto apoio ao Assumane Mane na derruba do presidente Vieira em 1998. Assim que foi deposto o presidente Vieira, Assumane Mane chegou ao poder prometendo “eleições gerais imediatas”. A posse de Mane envolveria ainda, segundo TEIXEIRA (2006), Comunidades de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). A mediação brasileira e a portuguesa ocorre via acordo direcionado à restauração da democracia, com a realização das eleições legislativas e presidenciais vindo a acontecer no ano 1999, quando é eleito o presidente do Partido da Renovação Social (PRS) KUMBA YALA.

Porém, as transformações sociais violentas ocorridas em 1998 orientariam a Guiné-Bissau para a degradação do tecido social civilizado, situação que veio agravar-se com o regime político que se seguiu à derrubada de Nino Vieira, com a eleição de um dado candidato. A eleição de tal indivíduo, em quem todos acreditaram, por ser “filho genuíno da nossa terra” e obter “nível acadêmico”, adquirido particularmente em Portugal, gerou expectativas positivas junto à população. Pressupunham os guineenses que, por ser o eleito detentor de curso superior de ensino, percorreria naturalmente por ideias no campo da ética. Que essa posição intelectual, supostamente, faria Guiné-Bissau conhecer um rumo de país organizado e digno. No entanto, o sentimento do povo e das etnias em geral seria de que foram enganados. Isso porque todos estavam embalados no “tribalismo”, o qual na Guiné-Bissau não tinha possibilidade de acontecer, pela condição dos povos que já eram irmanados. Nesse sentido tais movimentos foram surpreendidos, resultando em um retrocesso civilizatório sem precedentes. O candidato eleito KUMBA YALA para exercer a Presidência da República, começou a revelar-se mais aos seus correligionários, por vias mais sutis, pretendendo instalar o discurso do “tribalismo” na mente da população de sua etnia

²⁰ O caso de 17 de outubro de 1986 ficou marcado pelas apreensões acompanhadas de matanças de altos dirigentes do PAIGC, entre eles Paulo Correia e Viriato Pa, acusados de tentativa de golpe contra o governo de Joao Bernardo Nino Vieira.

(Balantas); aproveitando-se do baixo nível de cultura formal de uma elevada porcentagem da sua etnia, a qual sempre preferiu refugiar-se no seu reduto cultural.

Nos tempos atuais, apesar de ter aumentado o nível de escolaridade na Guiné-Bissau, acompanhado esse da expansão da escola formal em combate do analfabetismo, o intitulado “líder e profeta” dos Balantas investe o discurso “tribalista”, sobretudo na fase da adolescência e juventude, porque nessa faixa etária, por questões culturais dessa etnia, são possuídos de certa “loucura” em apoderar-se de tudo. Tornam-se audazes e violentos, apropriando-se de tudo que é alheio, em todos os domínios da vida. Isto é a realidade da forma de “ser-estar” da etnia dos Balantas, que alguns chamariam (COSTA, 2000) de “Balantalização no poder”. No período entre 2002 e 2003 o país chegou a conhecer quatro primeiros-ministros do governo, cargo que era “naturalmente” ocupado pelos políticos de etnia “Balanta” e, por outro lado, ficou marcado o momento pela contundência da crise econômica e social, pela perda de credibilidade da Guiné-Bissau ao nível internacional, pelo declínio das instituições, pela negligência das autoridades, pelo desrespeito pela Constituição e pela crise entre a Presidência e os órgãos da Justiça e a Assembléia Nacional.

Neste contexto, o mandato do Presidente da República Kumba Yalá (2000- 2003) seria interrompido por outro golpe de Estado, colocando em evidência todas as debilidades existentes no país, marcado por uma enorme instabilidade política e social. Desta forma, podemos considerar a Guiné-Bissau como um país “frágil”, onde os conflitos militares e político-sociais são constantes, dilacerando e destruindo a estrutura da incipiente sociedade civil guineense.

O golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003, liderado pelo General Veríssimo Seabra, que obrigou à resignação do Presidente Kumba Yalá, dá início a outro processo de transição em que, interinamente, assume a Presidência o empresário Henrique Rosa, apoiado pela igreja católica. O General Veríssimo Seabra assumiria o cargo de presidente do Comitê Militar para a Restituição Constitucional e Democrática (CMRCD), órgão consultivo do Presidente da República. Neste contexto foram realizadas as eleições legislativas, em 30 de Março de 2004, que dariam a vitória ao PAIGC.

No entanto, mais uma vez, os elementos sempre presentes que estão na origem dos conflitos na Guiné-Bissau que gostaríamos de destacar e que começam pela falta de diálogo para a resolução dos problemas do país por vias não violentas, são de novo postos em evidência em “seis de outubro de 2004”, quando foi assassinado o General Veríssimo Seabra. O assassinato seria perpetrado por militares que tinham sido destacados anteriormente para

missão de paz na Libéria, no âmbito da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), que estão enquadrados dentro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo o sociólogo guineense Hugo Monteiro (2004), o assassinato de Seabra não passa de um ajuste de contas na forças armadas pela deposição do presidente Kumba Yalá, e em seu lugar foi escolhido para chefia das forças armadas o Brigadeiro Tagme Na Waie, que terá como coadjuvante o capitão da marinha nacional Bubu Nachut, ambos da etnia Balanta.

Na sequência à assinatura da Carta de Transição Política (CTP) foram realizadas eleições legislativas, em março de 2004, as quais foram vencidas pelo PAIGC. Carlos Gomes Júnior²¹ assumiu a chefia do governo. O presidente de transição nomeado, Henrique Rosa, representou a nação durante o período estritamente necessário até a posse de um novo presidente eleito, de acordo com a CTP, as quais foram vencidas, na segunda volta (segundo turno), pelo candidato independente João Bernardo Nino Vieira, ex-presidente exilado em Portugal.

Ainda sobre as eleições de 2005 consta no mesmo relatório²² que este pleito tem o lugar depois de um período, marcado entre 1998-99 por um conflito militar, e em 2003 pela derrubada de Kumba Yalá pelos militares, ao lado disso diz o relatório da união européia, (MOE-EU, 2005). Esta eleição presidencial finalizaria o chamado período da transição negociada entre militares e partidos políticos (2003-2005). Nesse cenário, entre quatorze candidatos presidencial do primeiro turno, três deles eram referências políticas nacionais desde praticamente a independência a Guiné-Bissau: Os ex-presidente²³ João Bernardo Nino Vieira (1980-1999), Malam Bacai Sanha (1999-2000) e Kumba Yalá (2000-2003), deles se elegeu o candidato derrotado no primeiro turno, Nino Vieira, como se verifica pela Tabela 3, na qual constam os resultados dos dois candidatos mais votados no primeiro turno e concorrentes no segundo:

Tabela 3. Votação para presidência da República Guiné-Bissau (2005).

Candidato	Partido	1º Turno	2º Turno
João Bernardo Nino	Independente	28,87%	52,35%
Malam Bacai Sanha	PAIGC	35,45%	47,65%
Total		62,32%	100%

Fonte: Base Dados do Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral da União Européia (MOE-EU, 2005).

²¹ Vale salientar que em 2003 a Guiné-Bissau teve a sua terceira experiência democrática com as realizações de eleições legislativas, ocasião em que o empresário Carlos Gomes Júnior (popularmente conhecido por “Cadoço”) do PAIGC assumiu o cargo de primeiro ministro.

²² Relatório de MoEU-2005

²³ Ressaltando que depois de ex-presidente João Bernardo Nino Vieira voltou de exílio político de Portugal a Guiné-Bissau saiu do PAIGC e ficou como candidato independente.

E em 2005 a Guiné-Bissau teve a sua quarta experiência democrática com a realização das eleições presidenciais, que conduziram a João Bernardo Nino Vieira à presidência da república graças a uma aliança estratégica do PRS com o Partido Unido Social Democrático (PUSD), excluído do poder durante o governo de Carlos Gomes Júnior (Cadogo) que integrava o PAIGC. Em 2005, somadas a insatisfação da classe castrense, que não se identificava com a política profissionalizante das forças armadas e a segurança pública defendida. Nino Vieira chegou a trocar os quatro primeiros-ministros por insegurança, em apenas três anos de mandato, e, em 23 de novembro de 2008, escapou de uma tentativa de golpe de estado organizado novamente pelos militares (TEIXEIRA 2008). Posteriormente ocorreriam atentados, os quais serão pertinentemente explicitados no decorrer deste estudo.

Figura 3. Mapa da Guiné-Bissau. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>



Ilustração 1. Posto de Controle (PAIGC) na Guiné-Bissau em 1974, depois da declaração de independência. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>



CAPÍTULO III: SUCESSIVOS GOLPES MILITARES

As informações contidas no quadro abaixo dão conta de episódios ocorridos após a ofensiva comandada pelo general João Bernardo Nino Vieira, um dos primeiros golpes de estado pós-independência, denominado “Movimento Reajustador”, no início da década de 1980. Depois desta data foram registradas mais três tentativas de golpes de estado, com os próprios companheiros do partido-estado, sendo que a primeira foi em 1984, quando “Vitor Saúde Maria”, então o vice-presidente do conselho da revolução e primeiro-ministro, propôs abolir o cargo de primeiro-ministro através de uma revisão constitucional; acusado de preparar um golpe de estado, foi demitido e detido em prisão domiciliar durante mais de um ano.

E a segunda tentativa ocorreu em outubro de 1985, quando o então primeiro vice-presidente, Paulo Correia e o ex-procurador da república, Viriato Pa, foram acusados de tentar derrubar o governo pela violência. E a terceira aconteceria em maio de 1987, quando rumores de uma tentativa de golpe de estado levaram a suspensão de um grande amigo de Vieira, “colega de armas” contra os colonos portugueses, vice-presidente e ministro das forças armadas, Iafai Camara, o qual, após uma semana de prisão domiciliar, foi autorizado a reassumir as funções.

Em 7 de junho de 1998, um levante militar duraria mais de onze meses, culminando com a deposição do presidente João Bernardo Nino Vieira pelo general das forças armadas Assumane Mane, líder da “Junta Militar”, o qual seria assassinado em 2000, cuja a morte não teve até hoje seu motivo esclarecido. Em 6 de outubro de 2004 é assassinado o chefe de estado maior e general das forças armadas Veríssimo Coréia Seabra, após uma intensa reivindicação salarial por parte das tropas, que estavam na manutenção da paz na Libéria.

Ilustração 2. Palácio da Justiça de Guiné-Bissau.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>



Tabela 4. Perseguições, Torturas e Assassinatos

Tentativas de Golpes em ordem numérica	Mês/ Ano	Nome dos Protagonistas	Assassinatos, torturas e perseguições
1	Março de 1984	Victor Saúde Maria	Preso
2	Outubro de 1985	Paulo Correia, Viriato Pã,	Torturado e assassinado
3	Março de 1987	Lafai Câmara	Preso
4	2000	General Assumane Mane	Torturado e assassinado
5	Outubro de 2004	General Veríssimo Correa Seabra	Assassinado
6	Janeiro de 2007	Lamine Sanha	Assassinado
7	Janeiro de 2007	Carlos Gomes Júnior	Vítima de perseguição (Refúgio na ONU)
8	Julho de 2007	Mário Sá Gomes	Vítima de perseguição
9	2007	Silvestre Alves (Líder partidário)	Vítima de tortura
10	Março de 2009	João Bernardo "Nino" Vieira (Pres.), Tagmé Na Waie (General)	Assassinado Assassinado
11	Abril de 2010	Jose Zamora Induta	Vítima de tortura

Fonte: Relatórios da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau.

No mês de janeiro do ano 2007 o ex-chefe de estado maior da marinha de guerra, Lamine Sanha, é assassinado em frente da sua residência. E no mesmo momento, o atual primeiro-ministro, Carlos Gomes Junior (2010), e Mario Gomes Sá, são vítimas de perseguição política. O primeiro deles acaba se refugiando nas instalações da ONU em Guiné-Bissau, sendo que, ainda neste mesmo ano, o líder do Partido Progressista Guineense (PPG), Silvestre Alves, seria alvo de várias ofensivas dos grupos de direitos humanos vítimas de detenção e tortura.

Ilustração3. Presidente João Bernardo Nino Vieira e general Tagme Na Waie²⁴



²⁴ Disponível em: <http://www.africanidade.com/articles/2213/1/Com-a-morte-de-Nino-e-de-Waie-poderA-desaparecer-tambAm-o-ciclo-de-violAncia-na-GuinA/Paacutegina1.html>

Em primeiro de março de 2009, Tagme Na Waie, Chefe de estado maior general das forças armadas, e antigo rival político de Nino Vieira, foi morto num atentado a bomba no próprio quartel do estado maior, alguns militares que eram próximo a ele suspeitaram, embora sem provas, que o presidente Vieira estivesse envolvido, atacaram a residência dele na manhã seguinte, em 2 de março de 2009, na oportunidade o mataram.

E o último golpe aconteceu recentemente (01/04/2010), com o atual chefe de estado maior Jose Zamora Induta, principal alvo das acusações feitas pelo vice-chefe de estado maior das forças armada António Indjai, na manhã de 01 de Abril de 2010, o qual deu ordens aos seus homens para avançar com dois objetivos concretos: 1) Prender o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Zamora Induta e o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, e, paralelamente, 2)proceder à libertação de Bubo Na Tchuto, ex-chefe de Estado Maior da marinha de guerra, que desde final de dezembro de 2009 vivia refugiado nas instalações da ONU em Guiné-Bissau²⁵.

Ilustração 4. General Jose Zamora Nduta²⁶



Quanto ao Chefe de Estado Maior Induta, a detenção parecia uma jogada tática óbvia, com o objetivo de afastar o único homem capaz de fazer frente às movimentações ordenadas por Indjai; já a libertação de Bubo Na Tchuto causou estupefação entre a elite política e a comunidade internacional. José Américo Bubo Na Tchuto é um dos históricos combatentes da independência guineense. Ingressou na luta de libertação aos 14 anos e tem atualmente 60

²⁵ Fonte: www.bissaudigital.com

²⁶ Disponível em: <http://www.daylife.com/photo/03TYf7u4p0gXO>

anos, ganhou reputação de destemido, exímio a dar segurança e confiança aos subordinados, cultivando ao limite o espírito de corpo, entrou para a Marinha em 1974, integrando a Classe de Fuzileiros.

Com a ascensão do poder Balanta nas Forças Armadas guineenses, Bubo consegue subir rapidamente na hierarquia superior da Marinha, tendo alcançado o posto de Chefe de Estado Maior da Marinha (CEMA) em 2004. É nesta altura que Bubo Na Tchuto, depois de transformar os fuzileiros da marinha de guerra como em sua unidade privada, embarca nos negócios do narcotráfico, situação denunciada pelo Departamento do Tesouro dos EUA e que levou ao congelamento de todas as suas contas e bens em território americano. Em Agosto de 2008, Bubo Na Tchuto refugiou-se na vizinha Gâmbia, após ter sido acusado de tentativa de golpe de Estado contra o então Presidente da República Nino Vieira, apenas regressando para Guiné-Bissau em Dezembro de 2009. “Libertado” por Indjai na manhã de 1 de Abril de 2010, Bubo movimenta-se hoje em completa liberdade, sorridente e com uma larga escolta de fuzileiros, por toda a Guiné-Bissau, não obstante penderem sobre ele acusações de tentativa de golpe de Estado e de envolvimento direto no narcotráfico.

Ilustração 5. José Américo Bubo Na Tchuto²⁷



Quando Bubo Na Tchuto entrou em Bissau, em Dezembro de 2009, rumores circularam na capital guineense, os quais apontavam para que este regresso tivesse sido concertado com António Indjai. Estes rumores, nunca confirmados, indicavam que Bubo e Indjai pretendiam assumir o controle das Forças Armadas, como forma de, em uma segunda fase, fazer passar o poder político para as mãos dos Balantas. No entanto, algo teria ocorrido mal e o plano não se concretizou, Injai e Bubo, ambos estiveram ao lado de Ansumane Mane

²⁷ Disponível em: www.bissau.digital.com

durante a guerra civil que assolou o país em 07 de junho de 1998. Bubo e Indjai são hoje as principais figuras militares Balantas, etnia que constitui 70% das Forças Armadas do país. Indjai mantém o controle total das forças militares terrestres. Bubo, mesmo depois de mais de um ano de exílio na Gâmbia, conseguiu manter todos os seus elementos fiéis na estrutura da Marinha guineense. Bubo foi acusado de narcotráfico pelo Departamento do Tesouro dos EUA, Indjai confessou a participação na descarga de droga realizada em Cufar em março de 2009.

Ilustração 6. Cocaína apreendida em Bissau²⁸



Fontes na Presidência da República guineense referem que António Indjai, em mais de uma reunião com o Presidente Malam Bacai Sanhá, afirmou que, caso Bubo tentasse causar instabilidade seria imediatamente detido. No entanto, identificam-se ambos como herdeiros militares “naturais” do General balanta Tagme Na Waie, assassinado no atentado em 2009, o que os une na oposição à Zamora Nduta.

Um mês depois de a revolta militar de 01 de Abril de 2010, é notório a existência de uma aliança tácita entre os dois militares Balantas. Indjai pretende ser nomeado Chefe do Estado Maior das Forças Armadas²⁹ (CEMGFA), e Bubo afirma que apenas pretende regressar ao cargo de chefe do estado maior de marinha de guerra (CEMA), objetivos não concorrentes que poderão a breve prazo, colocar nas mãos destes dois militares Balantas toda a real capacidade militar da Guiné-Bissau.

²⁸ Disponível em: http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=93&did=92955

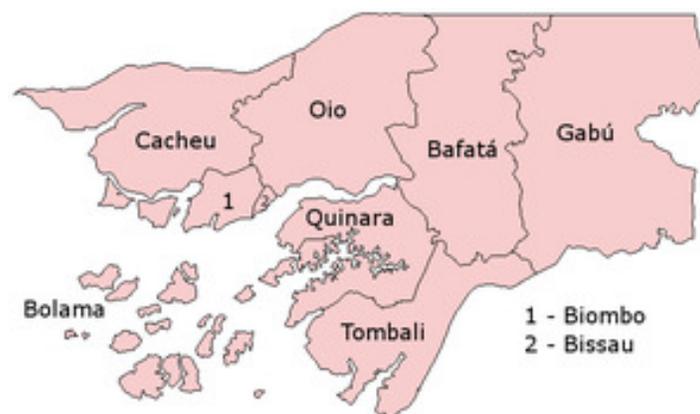
²⁹ Ver: www.bissaudigital.com

3.1 – AS DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADE COMO CAUSA DE CONFLITOS

A colonização portuguesa nas suas ex-colônias: Guiné-Bissau, Angola, Brasil, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe ou Moçambique, teve uma característica singular na sua imposição. Por mais que existam aqueles que lutaram para a emancipação dos seus povos, há aqueles que se beneficiaram com a desgraça dos outros. Na Guiné-Bissau a nomenclatura dada àqueles que se apresentavam como “bons cristãos” – os *Grumetus* mestiços³⁰ tinham certo privilégio em relação aos outros considerados “nativos”. É nessa estratégia que os colonos conseguiram criar uma camada de elites que se apoderou do aparelho burocrático do Estado pós-independência, que se perpetua até os dias de hoje.

Se formos fazer uma análise específica sobre essa característica dos colonizadores portugueses, chegaremos à conclusão que nenhuma outra potência colonizadora teve um domínio concreto das ações empreendidas nas suas ex-metrópoles. A lógica empreendida pela coroa portuguesa que visava à assimilação dos hábitos e modos dos europeus foi retomada e re-significada no período pós-independência, pelos novos Estados Africanos, principalmente em Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo-Verde, e São Tomé e Príncipe.

Figura 4. Regiões de Guiné-Bissau. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>



³⁰ É a forma que os colonos usavam para diferenciar pessoas educadas das não educadas.

Por isso, segundo Djalo (2000), os privilégios de função e a desigualdade entre os níveis de vida entre os dirigentes do partido, do Estado e a população foram na altura, possíveis indicadores de corrupção. Essa fratura social, entre uma classe dirigente vivendo em um “luxo ostensivo” e as massas populares desprovidas dos mais elementares produtos de primeira necessidade era inaceitável, vindo de um país que consentira todo o tipo de sacrifício a fim de se libertar e construir uma sociedade justa.

O Estado, nos parâmetros estabelecidos até o momento, tinha revelado sua incapacidade de resolver os graves problemas de penúria, de abastecimento e de distribuição da alimentação à população carente e faminta. Apesar de tudo, havia uma minoria de gente que conseguia levar uma vida que não tinha nenhum enquadramento dentro dos parâmetros de condição de vida que se dizia o país ter.

Ao lado de gente que não conseguia ter mais do que uma refeição em cada vinte quatro horas, encontrava-se indivíduos que se davam ao luxo de terem no seu quintal, para o seu uso e para o uso do seu próximo, “n” número de veículos com custo unitário superiores a cinquenta mil dólares americanos, vivendo cercados de apetrechos, tais como aparelhos de ar-condicionado em cada cômodo da casa, com os filhos a estudarem nas melhores escolas e universidades Paris, Londres ou Nova Iorque.

Isto em um país onde mais de metade da população se diz viver com menos de um dólar americano por dia, e que vão sobrevivendo na base do duro e penoso regime de um “tiro”³¹. Esta disparidade, muitas vezes entre colegas que ontem pegaram em armas para um inimigo comum (os agentes da colonização), não deixou de criar ao longo do tempo certo sentimento de revolta. As causas do conflito devem ser vistas também nesta perspectiva, pois isso leva alguns políticos oportunistas a lançarem mão do discurso de cunho étnico.

³¹ Comer uma vez por dia

3.2 – CAUSAS DO CONFLITO

A história nos mostra que, as principais causas que intensificaram os conflitos no continente Africano, têm a ver com a questão fronteiriça. Para os Africanos, a terra ou o campo faziam parte de um todo. Ela representava o espaço sagrado e coletivo do povo. Lopes (1970) afirma que o caráter sagrado da terra torna-a coletiva, pois se trata de um bem divino sobre a qual os homens não têm direito, a não ser enquanto ocupantes do território-posse. Tal significa que só a exploração da terra dá direito a nela permanecer; pertence ela aqueles que a cultivam, a aldeia local e não a uma pessoa qualquer. Como uma matéria, ou seja, um corpo no seu sentido mais plausível, o contato com forças estranhas faz com que esse corpo comece uma metamorfose sem precedentes. A transformação no caso africano foi tão profunda que desestruturou a organização da vida social, econômica, política e cultural dos corpos.

Ilustração 7. Sede da Assembléia Nacional Popular de Guiné-Bissau.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>.



Essa simples analogia serve para descrever o contato dos povos africanos com os europeus. Esse contato, se antes foi visto como que uma simples ampliação dos espaços de comércio, ele se consolidou na conferência de Berlim em 1884/85, com a divisão e partilha do continente africano pelas potências colonizadoras: Grã-Bretanha, Alemanha, Portugal, França.

A sobreposição de estruturas institucionais importadas do ocidente pode ser o princípio de aprofundamento de conflitos que ainda tendem a persistir na vida político social dos países africanos (Fernandes, 2009). Com isso, não se pretende aqui isentar a responsabilidade dos países africanos em relação a ciclos viciosos de conflitos internos. Portanto, no período pós-independência, com a herança das estruturas burocráticas do

aparelho estatal colonial, os países africanos se confrontavam com o dilema de levar adiante o processo de desenvolvimento do País. Se, por um lado a independência significou a libertação do povo do jugo colonial, por outro lado, a materialização da prática discursiva dos Movimentos de Libertação Nacional (MLN) não surtiu efeito.

No caso específico de Guiné-Bissau, o MLN que teve êxito na luta foi o Partido Africano Independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC), entre as ex-colônias portuguesas (Cabo-Verde, Angola, Moçambique, São Tomé Príncipe, Timor Leste), o movimento de libertação nacional que mais deu trabalho as investidas da coroa portuguesa fora o guineense. Ainda segundo Lopes (1970), nunca um movimento de libertação nacional da África conseguiu unir tantas etnias em uma mesma luta, eliminando certas clivagens regionais ou tribais. Este aspecto da política do PAIGC constitui, sem sombra de dúvida, e em si mesmo, uma das grandes vitórias do movimento de luta pela independência na Guiné-Bissau (Lopes, 1970). Cabe salientar que o papel do PAIGC é de extrema importância no campo da investigação histórica e social nos processos de independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, mas que aqui ela serve somente como sugestão para futuras experiências de investigação científica.

Ilustração 8. Rio Geba, próximo da capital de Guiné-Bissau.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>



3.3 – SOCIEDADES CIVIS NESSE CONTEXTO

Segundo Gramsci (1991) entende-se por sociedade civil um conjunto de organismos privados responsável pela elaboração, organização e difusão da ideologia. Porém, a sociedade civil (SC), particularmente a Igreja Católica (IC) e as Organizações Não-Governamentais (ONG), têm jogado um papel decisivo junto às populações mais carentes, como também no processo de consolidação da paz e democracia na Guiné-Bissau. A Igreja Católica é a força do “poder moral”. Apesar das desconfianças de sua ligação às entidades coloniais, o envolvimento da (IC) não abrandou face à independência. A crise social provocada pelo esvaziamento repressivo do “Está-Providência” nos anos 1980 favoreceu a reafirmação da sua influência sociocultural, nos domínios da saúde e da educação, sem deixar de incorporar na sua área de ação (Koudawo, 2001). O conflito político-militar que pôs término aos 18 anos do poder absoluto do General João Bernardo “Nino” Vieira contribuiu para dar à igreja católica³² uma nova dinâmica e projeção, desempenhando um papel de destaque. Particularmente, o seu Bispo D. Septimio Arturo Ferrazzetta, que defendeu e promoveu a paz, esteve muito próximo da população. Outro fato que favoreceu a consolidação da autoridade moral herdada apreende-se com a nomeação do bispo D. José Camnaté Na Bsing. Em uma perspectiva histórica, a evolução da igreja católica no domínio das obras sociais foi facilitada pelo acordo sobre a paz religiosa, assinado em 1940 entre o estado novo português, o vaticano e pelo estado missionário, que segue com a finalidade de garantir exclusividade do ensino elementar a igreja católica. Apesar das dificuldades acrescidas pela guerra de libertação nacional de 1963 a 1974, o empenho dos missionários no domínio da saúde e outros setores de promoção humana conferiram as instituições católicas uma irradiação social muito além da penetração evangélica propriamente dita.

Ilustração 9. Centro Urbano da Capital Bissau na atualidade.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>



³² *In:* Carlos Cardoso e Johannes Auguel Guine-Bissau vinte anos da independencia, Bissau INEP, 1996, Ver também Joao Dias Vicente “ a Igreja Catolica na Guine Bissau alguns marcos historicos da referencias “ Diario Bissau 10 de fvreiro de 2000

7 de maio de 1940 Portugal assina com vaticanos a concordata sobre a paz religiosa e ação das missões católicas nas colônias, no discurso do mesmo ano e assinada a convenção sobre os estatutos missionários destes acordos Lisboa compromete-se a facilitar a intervenção das missões católicas nas dependências ultramarinas outorgando-lhes total liberdade de ação. Na Guiné-Bissau em 1941 o chamado ensino indígena e entregue a responsabilidade exclusiva das missões católicas que conseqüentemente desenvolvem a sua influencia social elaborando os programas de ensino formando os docentes organizando e controlando toda atividade letiva todo esse processo contribui para assentar uma posição social incontrolável da igreja católica. (REMA HENRIQUE PINTO, 1982).

E conforme nos aponta Henrique Pinto (1982), nos primeiros anos da independência a política do PAIGC revelou-se agressiva, senão francamente repressiva em relação às igrejas. E, mais precisamente com a católica, que vinha assumindo um papel de líder no contexto do império português; de fato, se a obra tangível de Amílcar Cabral é essencialmente de orientação laica, e ela não evidencia tampouco o traço de rejeição do papel das identidades religiosas.

Contudo, a prática da liderança do PAIGC, uma vez essa instalada no poder, foi de subtrair as identidades religiosas do papel social capital que elas desempenhavam na Guiné-Bissau. Dois dos principais motivos que guiaram esta atuação são: 1) a antecedência negativa atribuída aos cleros católicos e muçulmanos, acusados de terem sido fiéis suportes da política paternalista do colonizador português; 2) a vontade do PAIGC de exercer um controle cabal em todos os quadrantes da sociedade, no intuito de criar a condição de cumprimento do seu projeto político. No entanto, o novo contexto criado pelo golpe de estado de 14 de novembro de 1980 registrou-se uma nítida abertura em direção ao *animismo* redes de líderes religiosos, e chefes tradicionais passam assumir um papel de elo político; à medida que afirmava um empreendimento de personalização do poder de Estado, paralelamente às redes informais de líderes animistas e chefes tradicionais, as organizações muçulmanas foram inseridas em um abrangente processo de instrumentalização, com vistas de criar, no centro dos círculos religiosos, prolíferos de uma clientela política fiel.

Segundo KOUDAWO (2001), durante quinze anos, pela hegemonia de Estado e de partido único e das organizações de massa, as igrejas só voltaram a ter uma maioria visibilidade e uma nítida liberdade de ação social na sequência das liberalizações ocorridas no final de da década 80 e no início dos anos 90. A liberação econômica e a conseqüente redução do papel intervencionista do estado permitiram um revender do papel social da igreja católica. Sua nova presença é tanto mais apreciada quanto o controle total anteriormente exercido pelo Estado, o qual se revelara infrutífero e mesmo sinônimo de regressão, particularmente nas

escolas e internatos nacionalizados, que caíram em ruínas depois de escassos anos de gestão estatal. Atualmente é forte a presença da igreja católica no domínio sanitário, o seu envolvimento cada vez maior nas organizações da sociedade civil, de apoio à juventude e de alívio da pobreza, etc.

A presença da igreja católica é apreciada tanto no ensino médio onde a diocese de Bissau possui estabelecimento, mas prestigiado nos anos 90 como ensino básico, onde se multiplicaram as iniciativas financiadas ou apoiadas pela igreja católica sem deixar de mencionar o ensino vocacional com os (CIFAP) centros de formação profissional promovidos pelos missionários italianos. Koudawo (1993)

Segundo KOUDAWO (2001), a presença renovada sucede em um contexto particularmente favorável, isto é, livre do peso dos compromissos que eram a sua principal desvantagem durante o período colonial, mesmo com as limitações impostas pelo regime monolítico dos primeiros anos da independência. Na realidade, a nova situação não é fruto do acaso, a ressurreição do papel social nas instituições católicas tem a sua base no trabalho de fundo desenvolvido nos anos do regime monolítico, reagindo à regressão no campo escolar imposta pelo PAIGC. A igreja católica se declarou à obra evangelizadora em relação à intervenção social, sobretudo escolar, ela desenvolveu uma presença pastoral alargada através do incremento do número de paróquias e institutos religiosos, assim como da intensificação do trabalho vocacional.

Em outro sentido, a IC desprovida dos seus elos de transmissão social, conformando-se à situação temporal vigente, desenvolveu uma intensa ação religiosa que lhe assegurou uma extensa implantação no terreno, restabelecendo a ordem outrora invertida pelas práticas coloniais. Sendo assim, sua ação social tornou-se o corolário da implantação religiosa, e, na verdade, esta sólida influência está ancorada no trabalho de base, esse que permitiu que a mesma, no oportuno momento da libertação nacional, investisse largamente no campo social, apoiando-se em um forte alicerce, desenvolvido ao longo dos anos de predominância do monoteísmo.

As ONGS e as associações de base, enquanto componentes essenciais e dinâmicas da sociedade civil, têm um papel capital no processo de luta contra a pobreza. Para desempenharem esse papel, as ONGS apresentam as seguintes vantagens comparativas: 1) forte dinâmica organizacional, 2) grande capacidade de ação e intervenção, 3) bom conhecimento do terreno de intervenção, 4) capacidade de conceber e programar estratégias apropriadas aos contextos, 5) e um capital de confiança e de colaboração com os outros componentes da sociedade civil. Não obstante, algumas fraquezas decorrentes da sua

juventude e das deficiências no processo de expansão em curso, as ONGS têm sido parceiras valiosas do governo, nas áreas de intervenção de base e de redução da pobreza nas camadas desfavorecidas. O seu papel é, portanto, essencial na implementação do (DENARP), documento de estratégia nacional de redução da pobreza. As instituições académicas e de pesquisa, os grupos de intelectuais e líderes de opinião, assim como os meios de comunicação serão outros atores importantes na promoção da boa governança, como suportes da efetividade e eficiência da luta contra a pobreza.

Ilustração 10. Praia de Guiné-Bissau na atualidade.
Fonte: <http://www.republica-da-guine-bissau.org/turismo.php>



Ilustração 11. Manifestação Cultural em Guiné-Bissau.
Fonte: <http://www.republica-da-guine-bissau.org/turismo.php>



CONCLUSÃO

Chegando ao fim desse trabalho podemos tirar algumas conclusões gerais: A Guiné-Bissau não é um país democrático, ou seja, apesar de as instituições existirem formalmente, na prática não operam de fato as políticas de Estado necessárias ou funcionam de forma precária. Existe sem dúvida uma constituição política, que consagra no artigo primeiro que o país é uma república democrática soberana, entretanto, os próprios constitucionalistas consideram que a respectiva constituição não deixa de ser uma constituição nominal.

Nesse país deu-se de fato uma transição política nos anos 90, mas não se deu necessariamente uma transição para a democracia, e sim a transição para uma democracia não consolidada. Segundo PRZEWORSKI (1994), a transição para a democracia esta completa quando se estabelece o controle civil sobre o regime estatal assim a questão central das transições e saber se elas conduzem a uma democracia consolidada. Com isso queremos alertar que um regime democrático não se resume as eleições regulares e à existência de uma constituição política, mas sim, pela existência de muitos outros elementos que não encontramos no regime político guineense, tais como a estabilidade política, ou seja, a possibilidade de um governo conseguir terminar o seu mandato, e não ser derrubado mediante golpes de Estados.

O acesso ao poder de forma democrática nesse país nem sempre se verificou, uma vez que muitos conseguiram lá chegar através de golpes de Estados, de uma forma não pacífica, inclusive houve casos de muitas perdas humanas. Vale lembrar, por exemplo, o que aconteceu na guerra civil de 1998-1999. O país está, em sua conjuntura política, profundamente dividida em resultado das rivalidades étnicas, as quais provocadas e naturalizadas acabam por repercutir diretamente no processo democrático. Como no fenômeno chamado de “Balantização” do poder, que aconteceu durante o governo de Kumba Yalá, sendo também um fato que ocorreu durante o sistema de partido único, sob o comando de Nino Vieira; esse que seria acusado de expulsar todas as pessoas de etnia Balanta do seu governo, dando maior atenção às pessoas pertencentes à etnia Papel, da que ele faz parte.

Sendo assim, queremos dizer que muitos problemas que ainda hoje se verificam no regime político guineense são heranças do período anterior à liberalização política, ou mesmo, do período anterior à independência do país; verificam-se nesse país muitas lutas e dinâmicas pelo acesso ao poder com aspirações pessoais ou étnicas, fatos que estão na origem dos muitos golpes de Estado, os quais marcam o recente processo político em suas cenas possíveis. O país é caracterizado por uma elevada taxa de analfabetismo, o que expõe vários

problemas, sobretudo na questão da interiorização de uma cultura política democrática, constituindo um obstáculo à democratização do país; as pessoas são manipuladas, por vezes de maneira rápida, a votar em um ou outro partido sem entender verdadeiramente o impacto que os seus votos podem desempenhar futuramente, ou seja, no longo prazo.

O país também é caracterizado por um elevado nível de pobreza, o que tem, por vezes, originado alguns confrontos violentos, pelo fato de muitas vezes a pobreza ser extrema, o que faz com que a tolerância seja zero. Outro fator preponderante é de que as Forças Armadas deste país encontram-se totalmente politizadas, tornando-se, assim, em fontes de facções internas, fazendo com que os conflitos políticos com foco no poder do Estado obtenham uma maior dimensão em seu alcance social.

Os políticos preocupam-se sempre em mobilizar as Forças Armadas, para que estes fiquem do seu lado, nesse quadro frágil das instituições democráticas, a Guiné-Bissau foi sempre alvo de ingerências externas, as quais acabaram muitas vezes por reforçar os conflitos. Servindo-nos a história com o que aconteceu durante a guerra civil de 1998-1999, com a ingerência Portuguesa e Francesa, no contexto da África Lusófona. A transição política na Guiné-Bissau não é vista com bons olhos pelos analistas políticos, pelo fato de que: nas primeiras eleições multipartidárias a oposição não venceu as eleições. Talvez na África lusófona os dois casos excepcionais sejam os processos de Cabo-Verde, em que o Movimento Para a Democracia (MPD) ganhou as eleições e em São Tomé e Príncipe, que foi semelhante ao com Cabo-Verde.

Sintetizando, podemos afirmar com base nestes pontos que o regime na Guiné-Bissau não é um regime democrático, apesar de que após as últimas eleições presidenciais se tenha notado certa calma do ponto de vista político, há, no entanto, muito por fazer neste país, por exemplo, no que tange à pobreza. Em um documento publicado e referente ao ano de 2007 pelo relatório do PNUD, a Guiné-Bissau figura na lista dos vinte países mais pobres do mundo.

É certo que a pobreza e a corrupção são indissociáveis? Sendo assim, como é possível falar da existência de um regime democrático nessas circunstâncias? É óbvio que nesses países tal como a Guiné-Bissau, em que a pobreza é extrema, quando muitas pessoas vivem abaixo da linha pobreza, assiste-se a certo desinteresse pela política e ao em cumprimento dos verdadeiros valores democráticos, éticos, cidadãos. A insatisfação popular faz com que os cidadãos, em busca da sua própria sobrevivência, acabem por utilizar meios ilegais para concretizar essa sobrevivência.

Não é por acaso que hoje se fala da crise do fenômeno político, porque os cidadãos já não confiam nos seus próprios governantes, tendo como conseqüência situações em que os cidadãos são manipulados, ao exercerem os seus direitos de voto, quando são garantidos ou beneficiados com qualquer tipo de bens, por vezes irrelevantes. O país tem que se assumir com um elevado número de abstenção, embora o efeito da abstenção não se verifique no caso guineense tal qual emergem os golpes militares. Muitas vezes, acontece que os próprios políticos já não são quem mandam, a economia encontra-se dominada pelos grandes empresários, sejam eles nacionais ou estrangeiros que instalam suas empresas e exploram as pessoas.

Por último, resta-nos dizer que em matéria de comparação do caso guineense com os Estados Unidos e Canadá, estes dois, apesar de serem dos países mais multiculturais do mundo, não são Estados frágeis; possuem poderes políticos eficazes e descentralizados por toda a administração pública, impedindo a existência de elevados níveis de corrupção e impõem o cumprimento dos direitos humanos através dos mecanismos ali existentes. Por outro lado, estes dois países não se deparam com o problema do analfabetismo, por isso, as pequenas clivagens de caráter étnico ou religioso, nesses países, de forma alguma põem em causa o conflito político militar.

As variantes étnicas em sua composição política necessitam de maiores estudos acerca de suas relações e conseqüências sociais e econômicas, particularmente diferenciadas no quesito cultural. Eis que, em nenhum outro momento da história africana as etnias se reuniram de forma tão regular como no caso da independência guineense. Esse fato deve compor outros estudos a fim de combater o discurso atual “tribalista” que é fomentado pelos grupos militares que objetivam unicamente a perpetuação de seu poder no seio do Estado.

No Brasil tenho participado de atividades que me fazem repensar as situações na Guiné-Bissau, principalmente, no quesito democrático, o qual me indica outras possibilidades de realização de uma possível “transição negociada” com os grupos militares sobre a participação no poder político do Estado e do necessário controle social do mesmo. A descentralização política deve ocorrer de alguma forma, exposto aqui os fatos de sucessivos golpes em que conceitos como “clientelismo”, “paternalismo”, “personalismo” e “populismo” são eficazes na apropriação dos poderes por determinados pensamentos negativos acerca da composição étnica do país. De certa forma gostaríamos de chamar atenção aqui para as variáveis da ética, da educação e da etnia para repensar o processo democrático neste país, fragilizado com dificuldades sociais, econômicas, políticas e culturais de subsistência.

REFERÊNCIAS

- ACHBE, Chinua. The Novelist as Teacher. In: *African Writers on African*
- APPIAH, Kwame. *Na casa do meu pai*. 1993.
- Artigo: A Guerra Desenhada. In: *Revista de Estudos Guineense*. N. Especial 7/Junho. Guiné-Bissau: INEP/Soronda, 2000.
- BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- CARDOSO, Carlos e JOHANNES, Augel. *Guiné-Bissau - Vinte Anos da Independência*. Bissau: INEP, 1996.
- CARDOSO, Carlos. *A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2002.
- CARDOSO, Carlos. A problemática da construção, nacional na fase pos-independência na Guiné-Bissau: Dificuldades e perspectiva. In: *Construção da Nação em África*. INEP, 1989.
- DIAS, Costa. *A Balantização na Guiné-Bissau*. Público, 2000.
- DJALO, Chernó. *Lições e Legitimidade dos Conflitos na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 2000.
- FERNANDES, Junior, Lito. *Las raíces históricas Del atraso econômico de África subsahariana*. Disponível em: www.monografia.com. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.
- FERNANDES, Raul. *Partidos Únicos e Poderes Tradicionais*. Soronda: n. 16 julho, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC). Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.
- GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Disponível em: <http://www.inep-bissau.org/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2010.
- HUNTINGON, Samuel. *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1999.
- HUNTINGTON, Samuel. *Ordem políticas nas sociedades em mudanças*. 1975.
- JOAO, Vicente. Igreja Católica na Guiné-Bissau: Algum Marcos Históricos de Referência. In: *Diário de Bissau, 10 de Fevereiro de 2000*.
- KOUDAWO, Fafali. 7 de junho – O Regresso de Deus. In: *Banobero*, n. 58-60, Fevereiro-Março de 1999.

- KOUDAWO, Fafali. *Cabo-Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*. Guiné-Bissau: INEP, 1993.
- KOUDAWO, Fafali. *O Que é uma Sociedade Civil?* Guiné-Bissau: INEP, 1993.
- LOPES, Carlos A *Transição Histórica na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: INEP, 1987.
- LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e Relação de Poder na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: INEP, 1982.
- MENDY, Peter, KOUDAW, Fafali. *Pluralismo Político na Guiné-Bissau uma Transição em Curso*. Bissau: INEP, 1996.
- MENDY, Peter. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali, MENDY, Peter (coord.). *Pluralismo Político na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: INEP, 1996.
- MONTEIRO Hugo. In: *Jornal Kansare*, 8/03/2004.
- REMA, Henrique. *História das Missões Católicas da Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 1996.
- SANTOS, Manuel. *Guiné-Bissau: A formação da nação*. 1989.
- TEIXEIRA, Duma Ricardinho. *Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003*. Dindinho.org. Disponível em: www.dindinho.org. Acesso em: 14 de dezembro de 2008.
- TEIXEIRA, Ricardinho. *A Sociedade civil e Democratização na Guiné-Bissau*. Dissertação de mestrado em sociologia apresentado ao PPGS-UFPE. Recife, 2008.
- VIEGAS, Caterina G.; KOUDAWO, Fafali. A crise no PAIGC: *Um Prelúdio à Guerra?*. Soronda, *Revistas de Estudos Guineense*, N. 7. Bissau: Junho de 2000.
- Writers.Org.G.D.Kilam Londres*. Heinemann, 1973.
- ZAMORA, Induta. *Guiné-Bissau - 24 anos da Independência*.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Rumores de Sabres, Controle Civil ou Tutela Militar?*. São Paulo: Ática, 1994.

ANEXO I

NO Povo

Depoimentos e palestras do General Carlos Gomes Junior discursam em Nova Iorque

Grupo de Contacto ultima processo de reforma das forças armadas

O general Carlos Gomes Junior, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, chegou a Nova Iorque para participar de um encontro do Grupo de Contacto para a Reforma das Forças Armadas. O encontro, que se realizou no dia 22 de Setembro, teve como tema principal a reforma das forças armadas. O general Gomes Junior discursou sobre a importância da reforma e a necessidade de modernizar o exército brasileiro. Ele também participou de uma palestra sobre a situação das forças armadas e o papel delas na sociedade brasileira. O encontro contou com a presença de representantes de diversos países e organizações internacionais.

NO Povo

Depois de muitos anos de guerra forçada País comemora 24 de Setembro com parada militar

Os militares celebraram o dia 24 de Setembro com uma grande parada militar em Brasília. O desfile contou com a presença de milhares de soldados, oficiais e equipamentos militares. O presidente da República participou do evento, acompanhado de familiares e autoridades. A parada foi uma ocasião para comemorar o fim da ditadura militar e a restauração da democracia no Brasil. O desfile também serviu para mostrar o crescimento e a modernização das forças armadas brasileiras.

NO Povo

"A decisão de levar publico a Alcom esteve agendada para o sétimo reunião, marcada para 24 de Junho de 1974, em Lisboa"

A GUNTE-BISSAU REFEI DA ALCORA

Os líderes da luta pela independência de Guiné-Bissau reuniram-se em Alcora para discutir a situação política e militar do país. A reunião foi marcada para o dia 24 de Junho de 1974, em Lisboa. Os participantes discutiram a necessidade de fortalecer a luta pela independência e a importância de estabelecer relações diplomáticas com os países aliados. A reunião também serviu para coordenar as ações militares e políticas das forças de libertação.

NOTA DE AGRADECIMENTO

Os membros do Conselho de Administração agradecem a todos os colaboradores que contribuíram para a realização deste trabalho. Agradecemos especialmente aos membros do Conselho de Administração e aos colaboradores que nos auxiliaram em todas as etapas do processo. Agradecemos também aos membros do Conselho de Administração e aos colaboradores que nos auxiliaram em todas as etapas do processo.

"Haverá uma reunião em Lisboa, em Maio de 1975, com militares sul-africanos para a devolução das metrópoles e equipamento que tinham sido entregados a Portugal"

Os militares sul-africanos e portugueses reuniram-se em Lisboa para discutir a devolução das metrópoles e o equipamento militar. A reunião foi marcada para o dia 24 de Junho de 1974, em Lisboa. Os participantes discutiram a necessidade de estabelecer relações diplomáticas com os países aliados e a importância de fortalecer a luta pela independência.

ANEXO 3

política

Quem é o Novo Primeiro-Ministro? Como vai ser o seu trabalho?

Confederação Geral dos Sindicatos Independentes do Canadá voltará ao Governo

ESGAS PORTUGAL

Nô Pintcha

Retrospectiva de 2008

Principais acontecimentos do ano

Em mensagens à Nação PR promete cooperar com o novo Governo

Na quarta-feira passada, o primeiro-ministro da República Portuguesa, José Manuel Durão Barroso, fez uma mensagem à Nação, prometendo cooperar com o novo Governo.

Adaptado do site do site do Diário da Manhã, 10 de Janeiro de 2009. Internet do Orange a partir de 95.000 F.

Nô Pintcha

1.º e 2.º de Março

PGR sem dinheiro para investigar morte de Nino Vieira e Tagme Na Waïé

Um relatório produzido por um grupo de investigadores da PGR, liderado por um dos membros do grupo, o coronel António Luís Costa, revela que a investigação da morte de Nino Vieira e Tagme Na Waïé não foi feita de forma adequada.

Política de "terra queimada"

Políticos incitaram militares a golpe de Estado

Políticos incitaram militares a golpe de Estado

Políticos incitaram militares a golpe de Estado

Nô Pintcha

1.º e 2.º de Março

PR defende um exército unido e sem facções

Um relatório produzido por um grupo de investigadores da PGR, liderado por um dos membros do grupo, o coronel António Luís Costa, revela que a investigação da morte de Nino Vieira e Tagme Na Waïé não foi feita de forma adequada.

TQB e REN beneficiam de apoio do empresário francês

Nô Pintcha e ANG na "lista de espera"

Um relatório produzido por um grupo de investigadores da PGR, liderado por um dos membros do grupo, o coronel António Luís Costa, revela que a investigação da morte de Nino Vieira e Tagme Na Waïé não foi feita de forma adequada.